



**Universidade
Federal de Viçosa**

IPPDS

Instituto de
Políticas Públicas e
Desenvolvimento
Sustentável



**Contrato de Prestação de Serviços 13/2014 - ABDI-UFV
Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial - PEDET**

Produto IV: Estudos diagnósticos prospectivos

**Viçosa - MG
Setembro de 2014**



Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministro Dr. Mauro Borges Lemos

Universidade Federal de Viçosa
Reitora Prof. Dra. Nilda de Fátima Ferreira Soares
Vice-Reitor Prof. Dr. Demétrius David da Silva

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
Dr. Otávio Silva Camargo

Articuladores Políticos:

Prefeito de Ponte Nova, Dr. Paulo Augusto Malta Moreira
Deputado Estadual, Dr. Paulo Lamac

Entidades:

Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Piranga de Minas Gerais - AMAPI
Associação dos Municípios da Zona da Mata Norte de Minas Gerais - AMMAN

Equipe Executora:

Profa. Dra. Suely de F. Ramos Silveira <i>Diretora do IPPDS e Coord. Geral do PEDET</i>	Profa. Dra. Elaine Aparecida Fernandes <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>
Prof. Dr. Marco Aurélio Marques Ferreira <i>Coord. dos Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>	Prof. Dr. Luiz Antônio Abrantes <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>
Prof. Dr. Marcelo José Braga <i>Coord. dos Estudos de Realidade Rural Municipal</i>	Profa. Dra. Rita de Cássia Pereira Farias <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i>
Profa. Dra. Sílvia Harumi Toyoshima <i>Coord. Estudos Prospectivos</i>	Prof. Dr. Evandro Camargos Teixeira <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i>
Prof. Dr. Bruno Tavares <i>Coord. dos estudos sobre Governança Local (Oficinas) e Mapeamento Iniciativas Locais</i>	Prof. Dr. Ronaldo Perez <i>Grupo de Estudos de Realidade Rural Municipal</i>
Prof. Dr. Erly Cardoso Teixeira <i>Coord. da Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial</i>	Profa. M.S. Gislaíne A. Santana Sedyama <i>Grupo de Estudos dos estudos sobre Governança Local (Oficinas) e Mapeamento Iniciativas Locais</i>
Profa. Dra. Karla Maria Damiano Teixeira <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>	Dra. Ana Paula Teixeira de Campos <i>Grupo de Estudos de Realidade Urbana Municipal</i>

Estagiários:

Alice Rosado de Andrade <i>Mestranda em Administração pela UFV</i>	Marjorie Angélica Sabioni Ferreira <i>Mestranda em Administração pela UFV</i>
Anderson de Oliveira Reis <i>Mestrando em Administração pela UFV</i>	Pedro Eni Lourenço Rodrigues <i>Mestrando em Administração pela UFV</i>
Cícero Zanetti de Lima <i>Doutorando em Economia Aplicada pela UFV</i>	Rafael Jr. dos Santos Figueiredo Salgado <i>Mestrando em Administração pela UFV</i>
Jéssica Natália da Silva <i>Graduanda em Administração pela UFV</i>	Tamires Mascarenhas de Vilhena <i>Mestranda em Economia Aplicada pela UFV</i>
Maria Cristina Cupertino <i>Mestra em Extensão Rural pela UFV</i>	

Equipe de Apoio:

Adilson Ferreira Faria	Júnior Henrique Valadares
Álvaro Jose Altamirano Montoya	Kamila Gabriela Jacob
Ana Laura da Costa	Leonardo Bueno Negreiros
André Ferreira Martins	Luana Ferreira dos Santos
Antônio Márcio Coutinho Oliveira Júnior	Lucas Pazolini Dias Rodrigues
Arthur Medeiros Moreira Loures	Luis Henrique Turci Oliveira
Cynthia Gonçalves	Natália Resende Silva
Débora Gonzaga Martin	Rômulo José Soares Miranda
Edimar Emiliano Soares Ramalho	Thiago Teixeira Sant'Ana e Castro
Gustavo Fonseca Oliveira	Vinícius de Souza Moreira
Joyce Santana Bernardo	Vitória Vivian de Barros da Silva

Sumário

1. Considerações iniciais	5
2. Características gerais da região	6
2.1. <i>População</i>	6
2.2. <i>Urbanização</i>	6
2.3. <i>Emprego formal</i>	6
2.4. <i>Tamanho dos estabelecimentos produtivos</i>	6
2.5. <i>Indústria</i>	6
2.6. <i>Agropecuária</i>	8
2.7. <i>Educação e Capacitação de Jovens</i>	8
2.8. <i>Indicadores de desenvolvimento</i>	9
3. Identificação e análise dos entraves e restrições ao desenvolvimento	9
3.1. <i>Dimensão econômica</i>	9
3.2. <i>Dimensão Sociocultural</i>	12
3.3. <i>Dimensão Institucional</i>	13
3.4. <i>Dimensão Ambiental</i>	14
3.5. <i>Dimensão Política</i>	14
3.6. <i>Conclusões</i>	14
4. Proposições para eliminação de entraves e restrições para a promoção do desenvolvimento	14
4.1. <i>Dimensão Econômica</i>	15
4.2. <i>Dimensão Sociocultural</i>	23
4.3. <i>Dimensão Institucional</i>	27
4.4. <i>Dimensão Ambiental</i>	30
4.5. <i>Dimensão Política</i>	30
4.6. <i>Ações dos Municípios para o Desenvolvimento Econômico</i>	31
5. Considerações Finais	32
5.1. <i>Gestores Públicos Municipais</i>	32
5.2. <i>Empresários</i>	32
5.3. <i>Sociedade organizada em vários órgãos representativos</i>	32
Referências	33
Notas	33
ANEXO 1 - Metas do Plano Mineiro de Desenvolvimento	34

Relatório Produto

Estudos diagnósticos prospectivos

4

1. Considerações iniciais

O Produto IV encontra-se dividido em três partes. A primeira corresponde à caracterização do município, apresentando dados gerais referentes ao grau de desenvolvimento da região. A segunda diz respeito à identificação e análise dos entraves, ou restrições, ao desenvolvimento da região em estudo. E, por fim, a terceira parte refere-se às proposições para superar estes entraves, ou restrições, e criar alternativas para fomentar o desenvolvimento na região.

Para o cumprimento dessas tarefas, recorreu-se a abordagem de Sen (1998), adotando-se um conceito de desenvolvimento que incorpora várias dimensões de análise: a econômica, a social, a institucional, a ambiental e a política. A compreensão de que a promoção do bem-estar para a maioria da população, que reside nessa região, requer ações em todos esses níveis é fundamental. Também, procurou seguir exemplos de casos bem-sucedidos, como o da Terceira Itália (Rabellotti, 1997), no sentido de buscar o desenvolvimento regional com base em setores tradicionais de consumo (como agroindústrias¹ e vestuário) e em micro e pequenas empresas, a partir da interação de variáveis econômicas, sociais e institucionais. A boa articulação entre cooperação e competição entre empresas é ingrediente fundamental para o rápido estímulo das atividades produtivas das regiões.

Com base nesses fundamentos, sugere-se que ao lado da geração de renda e emprego de forma eficiente é necessário que grande parte da população participe dos frutos desse crescimento, o que requer melhor distribuição de renda. Saúde e educação são bens básicos universais, direito de todo cidadão, para se ter uma vida saudável e com maiores possibilidades de escolha. Propiciam, da mesma forma, meios para obtenção de renda de forma digna. Para isso, requer-se a ação política dos moradores dessa região que leve à construção de um aparato institucional capaz de promover o bem-estar da população em todas as esferas

da vida, além, de pressionar os governantes para atender suas demandas, por meio de políticas públicas.

Paralelamente, a preocupação com a sustentabilidade ambiental tem de estar presente. Atualmente, é geral a percepção de que as alterações no meio-ambiente têm colocado em risco o bem-estar de todos. Aliar crescimento econômico com cuidados ambientais requer proposições de promoção de atividades econômicas que incorporem práticas não danosas ao meio físico. Tais práticas se associam, também, a produtos menos tóxicos à saúde humana. Por fim, aliar todas essas esferas requer a ação política dos moradores desses municípios, por meio da organização, de modo a viabilizar ações conjuntas que levem ao desenvolvimento da região. Denominada como ação de governança, para alguns autores, a participação popular institucionalizada na Constituição de 1988 incentivou a população a mobilizar-se em torno das situações-problemas que enfrentam. A participação social constitui-se em um elemento chave para a implementação de programas/políticas e para que essas possam alcançar os objetivos de promoção do desenvolvimento.

Em suma, a promoção do desenvolvimento requer um esforço de toda a comunidade para que todas essas esferas sejam contempladas. E, apesar da tarefa ser árdua, é possível almejar o desenvolvimento. Para isso, é fundamental um planejamento bem feito, que incorpore metas e ações específicas, com agentes responsáveis por cada uma das metas, com fonte de financiamento definida e cronograma de execução. Também, as metas a serem perseguidas devem ser exequíveis, de modo a não inviabilizar o projeto inteiro com proposições que não se coadunem com a atual conjuntura da região.

E, mais importante, tomando como exemplo casos bem-sucedidos de desenvolvimento regional, é necessário o envolvimento da comunidade, organizada em várias esferas de atuação: o governo local, os empresários, as várias entidades

representativas das atividades econômicas, as associações de classes e demais grupos organizados. Além da divisão das tarefas necessárias para a promoção do desenvolvimento, é importante que a população, de modo geral, sinta-se participante desse processo.

Destaca-se, no entanto, o papel das administrações municipais, uma vez que a elas cabe liderar o desenvolvimento de seu município, planejando, buscando fontes de financiamento, identificando as ações prioritárias, estimulando o investimento do setor privado, buscando investimentos na infraestrutura de transporte, saneamento e energia, promovendo melhorias na educação e qualificação da mão de obra, na saúde, na segurança pública, dentre outros fatores fundamentais para a promoção do desenvolvimento. Esse é o objetivo central do trabalho. O que priorizar? O que podem fazer as administrações municipais para a causa do desenvolvimento econômico regional? O que podem fazer os municípios em conjunto para esse fim?

Com base nesses princípios básicos sobre como promover o desenvolvimento local, este estudo é apresentado em três seções, da seguinte forma:

2. Características gerais da região

A região estudada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET) é composta por 31 municípios da Mesorregião da Zona da Mata e 2 da Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte. Os indicadores demográficos, econômicos e sociais desse grupo de municípios indicam baixo nível de desenvolvimento.

2.1. População

De 1970 a 2010, a população total cresceu muito pouco, de 383.614 para 431.375 habitantes, a uma taxa média anual de 0,29% ao ano. O meio rural, no entanto, registrou uma perda absoluta de mais de 50%.

2.2. Urbanização

Entre 2000 e 2010, a taxa de urbanização do conjunto dos municípios estudados avançou, como em todas as demais regiões do país, passando de 54,49% para 61,66%. No entanto, em relação a Minas Gerais, registra menores taxas, o que significa que há ainda grande número de pessoas que residem na área rural. Essa região caracteriza-se por ser basicamente rural.

2.3. Emprego formal

Uma análise da evolução do emprego formal, no conjunto dos municípios, segundo dados da RAIS (2014), mostra que entre 2005 e 2013 o setor que mais aumentou foi o de construção civil (218%), seguido pela indústria de transformação (141%), serviços (96%) e comércio (72%). A agricultura (0,4%) ficou na última colocação.

Dentre os que mais empregam, segundo dados de 2013 (RAIS, 2014), encontram-se os municípios de Viçosa (20.839 empregados), Mariana (16.393) e Ponte Nova (15.982). Os demais estão numa faixa bem menor, abaixo de 2.500 empregos formais. É importante ressaltar aqui que são os que possuem o maior tamanho de população. No entanto, Viçosa e Mariana são municípios atípicos dentro do conjunto. O primeiro, por ter como maior empregador a Universidade Federal de Viçosa e, o segundo, por comportar a atividade extrativista de minério de ferro.

Conclui-se desse quadro geral que há necessidade urgente de criação e ampliação das atividades geradoras de emprego na região.

2.4. Tamanho dos estabelecimentos produtivos

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos, considerando todos os três setores produtivos, 90% possuem até 19 empregados e 62% têm entre 1 e 4 empregados caracterizando-se por serem, na grande maioria, micro empresas.

2.5. Indústria

Apesar da visível evolução do setor urbano, os dados de 2013 indicam que há poucas indústrias, ainda, capazes de alavancar um crescimento sustentado dessa região. Há destaque para Alvinópolis (553) e Ervália (376) na indústria têxtil. Mariana, Ponte Nova, Urucânia e Viçosa se destacam pelo maior volume de empregados na indústria de transformação, de acordo com dados da RAIS (2014).

Por tipo de indústria, verificou-se que há 15 laticínios estabelecidos formalmente (1 em Coimbra, 1 em Guaraciaba, 1 em Ponte Nova, 1 em Teixeiras, 2 em Paula Candido, em Raul Soares, 2 em Rio Casca e 5 em Viçosa). Estes 15 laticínios geram um total de 928 empregos formais, sendo que 73,60% destes empregos estão concentrados em 1 laticínio do Município de Ponte Nova, gerando ao todo 683 empregos formais. Paula Cândido é o segundo maior empregador entre os municípios que possuem laticínios, com 106 vínculos

empregatícios em 2 estabelecimentos, enquanto que Viçosa é o terceiro, com 96 vínculos em 5 laticínios. É perceptível que a maior fábrica de laticínios da região em estudo é a de Ponte Nova, a Laticínios Porto Alegre.

Vinculados aos laticínios, também, se encontram no território em estudo 11 fábricas de sorvetes e outros gelados comestíveis em 5 municípios: 1 em Oratórios, 1 em Mariana, 1 em Rio Casca, 3 em Ervália e 5 em Ponte Nova. Estas fábricas empregam conjuntamente 46 pessoas, sendo 1 em Oratórios, 3 em Mariana, 3 em Rio Casca, 23 em Ervália e 16 em Ponte Nova. Uma das fábricas de sorvete de Ervália tem seus produtos vendidos no mercado consumidor de Viçosa, possuindo 5 lojas distribuídas na cidade (Sorveterias Geli Delli), além de outras cidades do entorno de Ervália.

Também há a presença de comércio atacadista de leite e laticínios em 4 municípios: 1 em Alvinópolis, 2 em Ponte Nova, 3 em Viçosa e 4 Raul Soares, gerando um total de 41 empregos formais.

Além de produtos derivados do leite, foram encontrados frigoríficos (Urucânia, São Pedro dos Ferros, Ponte Nova), destilarias de aguardente (São Pedro dos Ferros, Guaraciaba), produtoras de mel (Acaiaca, Diogo de Vasconcelos), e outras indústrias de alimentos (café, mel, doce de leite, etc). Pode ser encontrada, ainda, indústria de cosmético em Viçosa, Dom Silvério e Alvinópolis.

No setor informal, observa-se que há uma razoável produção de artesanatos na região com possibilidades de expansão a fim de gerar renda e emprego nos municípios em estudo. Por exemplo, no evento “Semana do Fazendeiro” promovido pela Universidade Federal de Viçosa, em 2014, houve a presença de artesãos de diversos municípios, que expuseram e comercializaram seus produtos. Dentre eles, podem-se citar aqueles produtores mais identificados com a filosofia do presente trabalho, que trabalham com matérias-primas não danosas ao meio ambiente.

De Araponga, assim, vieram produtos feitos com a palha do café; de Porto Firme, produtos em madeira, como as esculturas de sucupira; e, de Rio Doce vieram as flores de palha de milho pintada². Todos são exemplos de artesanato que se adéquam à preocupação atual com a preservação do meio ambiente.



Figura 1. Artesanato de palha de milho e bananeira



Figura 2. Artesanato de palha de milho



Figura 3. Artesanato de palha de café

2.6. Agropecuária

No setor rural, há 1658 empresas formais, assim distribuídas: 262 de produção de lavouras temporárias; 30 de horticultura e floricultura; 279 de lavouras permanentes; 5 de produção de sementes e mudas certificadas; e 1082 de pecuária. Os municípios que registram maior número de empresas são Ponte Nova, Rio Casca e Raul Soares.

As principais culturas permanentes são café e frutas, como banana, laranja, maracujá, etc. As das culturas temporárias são arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar e mandioca. Por fim, na pecuária, todos os municípios possuem criação de gado bovino, suíno e caprino, além de aves de corte.

Como pode ser observado, a agropecuária constitui a principal atividade da região. A geração de renda e emprego nessa região requer, assim, um planejamento para aumentar a produção, melhorar o desempenho das atividades agrícolas, além de treinamento de mão de obra e instrumentos para motivar os jovens a se fixarem no campo, se constituindo no principal foco para o seu desenvolvimento.



Figura 4. Atividades Agropecuárias

2.7. Educação e Capacitação de Jovens

Na maioria desses municípios, menos de $\frac{1}{4}$ da população está na faixa entre 15 e 29 anos de idade, considerada a faixa de capacidade empreendedora sustentável, contra, aproximadamente, 15% da população com mais de 60 anos de idade, de acordo com dados oficiais do IBGE. No ensino básico e fundamental, existe ampla rede pública e privada para a oferta de ensino em condições regulares nos espaços urbanos, mas com grandes discrepâncias no setor rural, onde se observa algumas escolas mais bem equipadas e outras com menor infraestrutura educacional.

Todavia, as maiores reivindicações dos empreendedores, das zonas urbanas dos municípios, dizem respeito ao acesso ao ensino profissionalizante e ao ensino superior. No quesito educação superior, por exemplo, a região é relativamente bem suprida, com a existência de três universidades em raio inferior a 180 km de qualquer ponto central na região, sendo elas: a Universidade Federal de Viçosa (UFV), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Existem também várias faculdades particulares, com diversas especialidades suprimindo toda a região em distâncias não superiores a 60 km de qualquer uma das cidades do território em estudo. São elas: a) Faculdade Adjetivo (CETEP) e Faculdade de Administração de Mariana (FAMA), localizadas em Mariana; b) Faculdade de Ciências Contábeis de Ponte Nova (FACE), Faculdade de Ciências Humanas do Vale do Piranga (FAVAP) e Faculdade de Dinâmica do Vale do Piranga, localizadas em Ponte Nova; e, c) Escola de Estudos Superiores de Viçosa (ESUV) e Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (UNIVIÇOSA), localizadas em Viçosa.

Na região, existem também alguns institutos de ensino técnico profissionalizante, mas ainda são poucos e não suprem todas as cidades, exigindo não apenas o “deslocamento pendular”, mas a mudança dos jovens, levando-os a perderem o vínculo produtivo com o município de origem.

2.8. Indicadores de desenvolvimento

O PIB *per capita* na região em estudo se encontrava abaixo da média de Minas Gerais, em 2010, R\$7.520,79 e R\$ 12.213,80, respectivamente. Da mesma forma, o IDH da região, em 2010, registrou média de 0,645, enquanto o do estado 0,731. Isso representa um nível médio de desenvolvimento. O índice Firjan ficou abaixo, também, da média brasileira, de 0,649, comparativamente a 0,732, em 2010. Em relação à taxa de desocupação da população com 18 anos ou mais, da mesma forma, a região em estudo registrou índice pior que a média do estado, de 6,23% e 5,81%, respectivamente. Por fim, há um índice em que a região se equiparou à do estado e se apresentou melhor do que a do país; trata-se da desigualdade, mensurada pelo Índice de Gini, que registrou, em 2010, 0,47 nas duas primeiras dimensões territoriais e 0,6 no último.

Nesse sentido, observa-se que a situação dos 33 municípios estudados necessita de ações que elevem o seu grau de desenvolvimento, criando

possibilidades concretas de atividades que gerem renda e emprego, além de melhoria das condições das empresas já existentes, o que elevaria o nível de investimentos dos municípios.

3. Identificação e análise dos entraves e restrições ao desenvolvimento

Nessa seção são identificados os entraves e restrições ao desenvolvimento da região em estudo, tendo como base cinco diferentes dimensões: Econômica, Sociocultural, Institucional, Ambiental e Política.

Além disso, foram dados destaques aos entraves e às restrições urbanas e rurais, uma vez que os problemas encontrados nos 33 municípios estudados foram bastante distintos.

3.1. Dimensão econômica

Na dimensão econômica foram identificados problemas gerais relativos à comercialização dos produtos, à falta de infraestrutura de transportes, energia e comunicação, às questões tributárias e de crédito.

3.1.1. Entraves e restrições econômicas ao desenvolvimento municipal

Baixa comercialização dos bens produzidos nos municípios para outras regiões: Tanto o setor rural como o urbano indicam que a maioria da produção desses municípios é comercializada nos próprios municípios ou nos municípios vizinhos, que fazem parte do território estudado. Houve pouca citação de venda para centros comerciais maiores, como Belo Horizonte. Isso sugere que há vários tipos de problemas que justificam tal fenômeno: baixa qualidade dos produtos; baixa quantidade a ser comercializada; infraestrutura de transportes inadequada; falta de marketing; falta de estrutura para comercialização, dentre outros fatores.

No caso do meio urbano, observou-se que os bens produzidos nesses municípios são destinados a maior parte ao mercado dos próprios municípios que fazem parte do território em estudo, dentre os quais podem-se citar os maiores: 22,6% destinam-se a Viçosa; 22,1% a Ponte Nova; 13,2% a Ervália; Urucânia, Rio Casca, Coimbra e Porto Firme recebem entre 11,1% e 11,9%; etc. Para Belo Horizonte destinam-se apenas cerca de 5,7% da produção.

Pouca utilização da produção local para o comércio e como matéria-prima: Grande parte dos produtos comercializados na região, assim

como as matérias-primas utilizadas no processo produtivo, vem de regiões distantes, o que significa que há poucas empresas no entorno para oferecer produtos e matérias-primas às firmas que atuam nessas localidades. As proporções estão assim distribuídas: local (11%); municípios mineiros distante até 100 km (21%); municípios mineiros distante acima de 100 km (37%); interestadual (30%); e internacional (1%). A distância encarece os produtos devido aos custos de transportes. Além disso, não cria oportunidades de emprego e renda pois não há aumento da produção local.

O baixo nível de atividade, como já mencionado, dificulta a obtenção de matéria-prima em regiões mais próximas. Os itens 1 e 2 revelam a baixa relação de troca dos municípios ou seja, há uma relação de troca desfavorável para eles. O potencial de geração de riqueza (produto, renda) torna-se baixo (limitado) sob essa condição. A reversão desse quadro deve ser um dos propósitos quando se pensa em promover o desenvolvimento dos municípios desse Território.

Infraestrutura de transportes, energia e de serviços de comunicação precárias: Esses foram uns dos maiores entraves ao crescimento citados pelos dos empresários: as estradas. Os municípios que mais demandam infraestrutura de transportes, principalmente, são: São Pedro dos Ferros, Teixeira, Urucânia e Raul Soares. Há instabilidade no fornecimento de energia elétrica. Há falta de acesso aos serviços de telefonia e internet ou do baixo sinal desses serviços.

Legislação tributária: Apesar da vocação agropecuária da região e da possibilidade de intensificar a formação local de cadeias produtivas em outros setores, as Oficinas de Governança Local apontaram que a legislação ambiental e tributária e o excesso de burocracia constituem-se em entraves para o alcance destes objetivos, implicando assim os problemas sociais existentes na região, como a falta de emprego e renda decorrentes deste baixo desenvolvimento econômico. A forma de incidência dos tributos nas operações de produção, comercialização e sobre as propriedades e emprego são complexas e interferem no processo de circulação dos produtos, muitas vezes não gerando crédito para o agente econômico e interferindo na margem e custo final do produto.

Interferência do recolhimento dos tributos no fluxo de caixa das empresas e na repartição das receitas: A forma de incidência dos tributos sobre o consumo consiste no recolhimento do tri-



Figura 5. Produção de morango e tomate

buto no momento de sua circulação e interfere diretamente no fluxo de caixa das empresas, considerando ainda que grande parte das vendas são efetuadas a prazo. Além disso, o recolhimento dos tributos incidentes sobre o trabalho, propriedade, e fatores de produção são recolhidos antecipadamente. Dado que muitos destes tributos estão vinculados à atividade econômica isto implica a repartição tributária entre os entes federativos, privilegiando a arrecadação em função da atividade econômica dos municípios. Esse é um problema geral e se deve à estrutura tributária dos estados e do país. Mesmo assim, deve ser considerado nas ações voltadas para o desenvolvimento regional.

Falta de políticas públicas para atração de atividades produtivas: Os debates nas Oficinas de Governança Local focaram na ausência de ações efetivas da administração pública para incentivar e ampliar sua área de atuação, A falta de incentivo às instalações de indústrias na região foi um dos problemas identificados como entraves ao desenvolvimento.

Crédito: Falta de um mobilizador para facilitar o acesso ao crédito.

3.1.2. Entraves e restrições econômicas ao desenvolvimento do meio urbano

Há vários aspectos indicados pelas pesquisas de campo com os empresários e entrevistas com os prefeitos que dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas no meio urbano, que serão elencados abaixo:

Baixo nível de investimento: Quase metade dos empresários não pretende fazer nenhum tipo de investimento. Grande parte desses empresários justificou a inexistência de novos investimentos pela falta de recursos financeiros. Esses entraves a novos investimentos mostram a estagnação das atividades produtivas na região.

Baixo nível de inovação: Cerca de metade dos empresários não pretendem também implantar algum tipo de inovação. A alegação é de que não há novas tecnologias no seu ramo de atuação, portanto não há necessidade de inovação, além das condições financeiras inadequadas. Isso sugere a falta de informação dos empresários quanto a novas tecnologias ou práticas organizacionais, a falta de recursos para implementá-los ou, ainda, a falta de estímulo devido ao baixo nível da demanda por seus produtos.

Alto preço das terras urbanas: Tal fator se transforma numa restrição a novos investimentos.

3.1.3. Entraves e restrições econômicas ao desenvolvimento do meio rural

Elevado custo de produção e baixa produtividade: A grande maioria das propriedades é do tipo familiar, formada por pequenos produtores, com no máximo 50 ha de terra. Diversos fatores contribuem para reduzir a capacidade de alguns produtores oferecerem produtos competitivos ao mercado, como: alto custo de produção; ausência de máquinas, tratores e tecnologias; elevado custo na compra de insumos em outros municípios (no caso dos pequenos municípios); condições ambientais desfavoráveis. Há escassez de mão de obra em quantidade e qualidade, preços dos insumos elevados e falta de acesso à tecnologia.

Baixo grau de capitalização das propriedades: A grande maioria dos pequenos produtores não possui tratores, máquinas e equipamentos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, apresentando baixo nível de capitalização. Embora os municípios tenham potencial para produção agropecuária, a topografia acidentada não favorece a mecanização.

Condições de relevo e topografia desfavoráveis: A maioria dos municípios do PEDET

apresenta declividade caracterizada como forte ondulada (20 a 45%), montanhosa (45 a 75%) e escarpa (maior que 75%). Grande parte da área de produção agropecuária não está em conformidade com o Código Florestal.

Baixa demanda pelos produtos locais: Preferências dos comerciantes do município pelos produtos do CEASA em detrimento à produção local (pode estar associado à baixa qualidade dos produtos locais).

Falta de estruturas locais de comercialização: Os pequenos agricultores não encontram estrutura de comercialização para sua produção, já que em alguns municípios não há feiras livres e os produtos perecíveis, como verduras e legumes, precisam ser vendidos imediatamente, não podendo aguardar o melhor preço.

Problemas de infraestrutura de estradas: As estradas rurais, sobretudo as secundárias são precárias e estão em mau estado de conservação. As **estradas** não são patroladas, exibindo com poucos trechos asfaltados e em mau estado de conservação. A falta de manutenção das estradas dificulta o transporte familiar, escolar e comercial, afetando os ganhos com a produção e prejudicando os moradores do campo. Dificuldades de escoamento da produção devido a precariedade das estradas rurais.

Instabilidade no fornecimento de energia elétrica: Apesar de a maioria das propriedades terem acesso à energia elétrica, ainda há algumas que não foram beneficiadas. Às vezes, o produtor fez o pedido diversas vezes e não foi atendido. Também, há dificuldade de se conseguir um ponto de energia adicional, principalmente com o crescimento da família na propriedade (casas para filhos)

Problemas de infraestrutura de armazenamento: Falta de estrutura de armazenamento da produção, tanto em nível da propriedade, quanto de forma coletiva.

Problemas na comercialização: Dificuldades na comercialização do café devido à presença de poucos compradores que combinam preços. Em alguns municípios, os produtores de café relataram a existência de um cartel entre os grandes produtores, que também são os compradores de café, que combinam um preço abaixo do mercado. A ausência de formas associativas e cooperativas de comercialização acaba por prejudicar os pequenos produtores, que não possuem poder de barganha.

Baixo grau de formalização das atividades

dos pequenos produtores: Os pequenos produtores não estão preparados para emitir notas fiscais e realizar vendas por meio de cartões de crédito em feiras livres. Com isso, acabam perdendo oportunidades de comercialização.

Ausência de cultura associativista/cooperativista: De maneira geral, as associações encontram-se dispersas, sem estabelecer articulações, parcerias e relações institucionais com prefeituras e outras associações. Existem poucas cooperativas nos municípios do território em estudo. Isso se deve, principalmente, devido a experiências anteriores mal sucedidas.

Problemas com assistência técnica: Falta de recursos humanos para que a EMATER possa realizar a assistência técnica aos produtores, principalmente na área de cooperativismo/associativismo. O número de produtores a serem atendidos por cada técnico é muito elevado. Em alguns municípios há somente um técnico atuando em toda a zona rural, dificultando o atendimento a todos os produtores. Em outros, não há extensionistas fixos, porém, uma vez por semana, um técnico de outro município se desloca para estes a fim de prestar assistência técnica. Com isso, os trabalhos ficam prejudicados. Também, há descontinuidade da assistência técnica. Isso se deve aos problemas de formalização de contratos entre os governos do estado e dos municípios.

3.2. Dimensão Sociocultural

3.2.1. Entraves e restrições socioculturais ao desenvolvimento municipal

Os aspectos relacionados a educação, saúde e segurança, além de se constituírem em direitos de todo cidadão para ter uma vida digna, refletem na sua capacidade produtiva. Vários problemas relacionados a essa dimensão foram assim elencados:

Baixo nível de educação, capacitação dos jovens: As condições de acesso à educação e a capacitação de jovens foram enfatizados como limitações ao desenvolvimento territorial nas oficinas com as lideranças municipais. Foi manifestada a preocupação com o êxodo e a evasão da força de trabalho jovem, motivada inicialmente pela baixa infraestrutura educacional e de emprego nos pequenos municípios, em especial aqueles com menos de 30 mil habitantes. Nos municípios maiores, os jovens rurais também migram para a cidade.

Inadequação da mão de obra: Este foi um dos itens apresentados pelos diversos atores da

região como um ponto negativo para a promoção do desenvolvimento. A baixa qualificação da mão de obra é um entrave que foi fortemente apontado tanto nas oficinas quanto na pesquisa de campo realizada nos municípios. Os dados obtidos com o diagnóstico urbano mostram que 55% dos empresários indicam a existência de uma mão de obra inadequada, ressaltando a falta de qualificação no contingente de pessoas aptas a ocuparem uma vaga em seus estabelecimentos. De forma desagregada, os setores comercial, industrial e de serviços, consideram, respectivamente, que 54%, 72% e 52% da mão de obra existente apresentam baixa qualidade.

O custo elevado da mão de obra e as questões trabalhistas são apontadas como grande entrave aos negócios. É importante ressaltar que isso ocorre, principalmente, nos maiores municípios: Viçosa, Ponte Nova, Alvinópolis e Raul Soares.

Falta de programa para formação de competências: As pequenas cidades são as que mais sofrem a escassez de oportunidades para formação superior e tecnológica. Algumas prefeituras têm investido no transporte diário de jovens para estudar nas cidades com melhor infraestrutura educacional, a exemplo de Viçosa, Ouro Preto e Mariana. Isso é uma forma de manter o vínculo com o município, uma vez que maior parte dos jovens que deixa os municípios para estudar não retorna, posteriormente. Tal fato gera uma clara limitação demográfica para a formação de lideranças e composição do pessoal necessário para impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Alguns empresários enfatizaram como consequência desse fenômeno o problema de sucessão familiar do negócio, em razão de não haver perspectivas de manutenção do pequeno empreendimento, em especial nos setores agrícolas e de serviço. Logo, a geração de oportunidades tecnológicas, a formação empreendedora e a capacidade de acessar insumos e capital para a melhoria dos negócios familiares são meios de incentivar o empreendedorismo local e a manutenção da população jovem economicamente ativa na região.

Falta de segurança: Esse foi um aspecto detectado, sobretudo, nos municípios componentes da AMMAN.

Problemas na saúde: Demora e morosidade, às vezes mais de um ano, para realização dos exames médicos.

3.2.2. Entraves e restrições socioculturais ao desenvolvimento rural

Baixa escolaridade dos produtores: A maioria possui o ensino incompleto.

Falta de postos de saúde e de segurança nas áreas rurais.

Problemas de segurança: Aumento dos furtos, assaltos à mão armada e violência, principalmente, contra os idosos, que ficam sozinhos nas propriedades.

Êxodo rural: Elevado êxodo rural da população jovem devido à falta de oportunidades de estudo e à precariedade dos trabalhos disponíveis no meio rural.

Falta de sucessão na propriedade: Uma das causas disso é a saída dos jovens do meio rural. Mas, também, houve depoimentos de que: “Muitas vezes falta aos jovens uma terrinha para eles plantarem”.

3.3. Dimensão Institucional

3.3.1. Entraves e restrições institucionais ao desenvolvimento urbano

Os problemas aqui identificados fazem parte dos apontamentos realizados ao longo dos três produtos iniciais do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET), em especial do diagnóstico urbano e das oficinas de Governança Local.

Tem-se como propósito identificar os pontos centrais que subsidiarão as ações institucionais da Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Rio do Piranga (AMAPI), da Associação dos Municípios da Microrregião da Zona da Mata Norte (AMMAN) e de organismos públicos e privados comprometidos com o desenvolvimento desse espaço territorial.

O relatório será apresentado por tópicos temáticos, em que se destacam os principais entraves ao desenvolvimento que foram identificados.

Rede política desfragmentada: Sabe-se que a rede política é fator importantíssimo no modelo de democracia representativa. Ela é imperativa para a defesa das questões locais e regionais, por meio de introdução de normas e instrumentos legislativos, assim como é responsável pela articulação de políticas públicas e infraestrutura institucional voltada ao desenvolvimento regional e a geração de oportunidades em benefício do se-

tor produtivo, do empreendedorismo setorial, da atração de negócios e da ampliação dos já existentes. Portanto, cria condições para o crescimento sustentável da região.

Papel restrito das associações AMAPI e AMMAN no desenvolvimento dos municípios do território em estudo: Apesar da importância potencial dessas associações para o desenvolvimento dessa região, efetivamente não há muitas ações concretas sendo executadas. Os principais benefícios indicados foram a obtenção de informações e o estabelecimento de contatos.

Foram apontados diversos problemas dessa instituição como falta de recursos, favorecimento de municípios maiores, falta de mobilização dos associados devido a questões políticas.

As ações conjuntas que ocorrem referem-se a alguns problemas, sendo feitas de forma emergencial e muitas vezes envolvem apenas poucos parceiros. Em geral, tais ações estão relacionadas ao desenvolvimento de projetos e obras de infraestrutura relacionadas à manutenção de estradas vicinais e construção de pontes; ao transporte, havendo o empréstimo de máquinas e caminhões; e ao apoio à saúde e saneamento, por meio da elaboração de planos de tratamento de resíduos sólidos.

Falta de redes entre os municípios, que efetivamente funcionem: Esse é um problema que está associado ao item anterior. Vários gestores apontaram que as parcerias contribuem para o estabelecimento de laços fortes entre os envolvidos. Municípios como São Miguel do Anta, Abre Campo e São Pedro dos Ferros não citaram nenhuma rede intermunicipal. O primeiro, sequer está filiado a Associação.

Ausência ou número reduzido de agências bancárias: Isso foi constatado, particularmente, em Diogo de Vasconcelos, Rio Doce e Canaã. Outros municípios demandantes são Ervália, São Miguel do Anta e Sericita. Em diversos municípios há apenas agências ou postos do Banco do Brasil.

3.3.2. Entraves e restrições institucionais ao desenvolvimento rural

Problemas com as cooperativas e associações: Apesar do trabalho conjunto entre os escritórios locais da EMATER e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), há grande dispersão e falta de articulação das cooperativas e associações para estabelecer parcerias

e relações institucionais com prefeituras e outras associações e entidades de apoio e assessoria.

Ausência de cursos profissionalizantes: Falta nos municípios de estruturas como a Escola Família Agrícola - EFA, do PRONATEC e dos cursos profissionalizantes rurais (SENAR).

Dificuldades no arranjo de documentação: Dificuldade de preparar a documentação necessária para acessar o programa Minha Casa Minha Vida Rural. Ausência de informações e incentivos para atender os requerimentos burocráticos da PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Dificuldades para providenciar os documentos para acessar crédito.

Atraso no recebimento e redução dos valores das vendas dos produtos ao PAA e PNAE: Os produtores enfatizam os problemas de formalização em cooperativas e associações para acessarem os mercados institucionais da agricultura familiar. Também, mesmo após o acesso, há atrasos nos recebimentos das vendas dos produtos, que desestimulam a participação nos programas.

3.4. Dimensão Ambiental

3.4.1. Entraves e restrições ambientais ao desenvolvimento municipal

Ausência de sistema de tratamento de esgoto e coleta de lixo: Isso ocorre na grande maioria dos municípios. O esgoto é jogado a céu aberto, no córrego ou em "fossas negras".

Ausência de investimento na infraestrutura de oferecimento de água potável à toda a população: Tal problema foi detectado, principalmente, em Diogo de Vasconcelos, São Pedro dos Ferros, Sem-Peixe, Viçosa, São Miguel do Anta e Porto Firme.

Falta de conhecimento da Legislação ambiental: Os produtores desconhecem os procedimentos adequados para atender a Legislação ambiental, principalmente o novo código florestal.

3.5. Dimensão Política

3.5.1. Entraves e restrições políticas ao desenvolvimento do município

As relações políticas dos empresários e demais atores locais com o poder público municipal e outras esferas políticas podem ser captadas pelas várias demandas e pela observação da articulação entre a população e seus representantes:

Baixa articulação entre os municípios e seus representantes externos: A não vinculação de propósitos de desenvolvimento da região – das associações AMAPI e AMMAN, de outras associações, dos gestores públicos – com seus representantes políticos nas Câmaras Estaduais e Federais, do poder Legislativo dificulta a obtenção de apoio para obtenção de recursos, obras de infraestrutura e demais demandas para alavancar as atividades produtivas da região.

Pouco apoio para viabilização dos empreendimentos: A baixa articulação se estende para níveis locais, entre prefeitura e demais atores municipais, sobretudo, os empresários. Isso acaba por refletir nas demandas pela melhoria da qualidade dos bens e serviços públicos.

3.6. Conclusões

Os entraves e restrições ao desenvolvimento da região do território estudado são muitos, abarcando diversas áreas de atuação: econômica, sociocultural, institucional, ambiental e política.

Observou-se que, com exceção dos municípios maiores, como Viçosa, Ponte Nova e Mariana, os demais têm na agropecuária sua principal fonte de geração de renda. Mesmo assim, a produtividade é baixa e as cadeias produtivas muito pouco desenvolvidas, inibindo a agregação de valor ao produto final.

A identificação dos problemas consiste no primeiro passo para a construção de um plano de desenvolvimento para a região. Embora, sejam muitos os problemas a serem solucionados, é possível traçar metas exequíveis que melhorem os indicadores dos municípios para os quais se elabora o PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PEDET). Parte dessa tarefa será exposta na seção a seguir.

4. Proposições para eliminação de entraves e restrições para a promoção do desenvolvimento

A abordagem teórica de Sen (2010) adotada no trabalho, como discutido na Introdução, incorpora diferentes dimensões para a concepção de desenvolvimento. Mas as cinco diferentes dimensões analisadas estão imbricadas entre si. Por exemplo, o aumento da eficiência depende não apenas de máquinas e equipamentos modernos, como de pessoal educado e qualificado, assim como de instituições adequadas. Da mesma forma,

o processo produtivo correto deve ser adequado à preservação do meio ambiente. E, por fim, tudo depende da interação dos diversos agentes e de sua atuação na arena política.

Assim, procurou-se nessa seção apresentar as proposições básicas para a elaboração de um plano de desenvolvimento para a região em estudo, levando em consideração todas essas dimensões, como na seção III.

4.1. Dimensão Econômica

4.1.1. Proposições de cunho econômico – políticas horizontais

Algumas áreas requerem políticas de corte horizontal, que significam que são aplicadas em áreas que beneficiam todas as atividades produtivas e todos os agentes, de modo geral, como a infraestrutura de transportes, energia, segurança, dentre outras.

Infraestrutura: A infraestrutura foi enfatizada como uma das maiores ameaças ao desenvolvimento territorial, em especial a infraestrutura logística e institucional. Aspectos como melhoria das condições das estradas rodoviárias, via melhor sinalização, pavimentação e a necessidade de ampliação das ferrovias foram citadas como necessidades que demandam a intervenção de organismos dos governos estadual e federal. O fornecimento de energia e comunicação adequado, também, constitui elemento fundamental para o bom desempenho das atividades produtivas.

Tais fatores têm como externalidades negativas a elevação dos custos de transportes de insumo e do escoamento da produção, além do risco de vida ampliado pelas péssimas condições de algumas das vias de acesso. Mais uma vez, é reforçada a necessidade de ação conjunta delineando as prioridades e fazendo-as atingir os organismos de competência pelo exercício da pressão conjunta dos vários atores da região e seus representantes políticos.

Por outro lado, atividades como o “planejamento urbano” foram identificadas como ações ao alcance dos governos municipais, portanto, devem ser priorizadas nos planos plurianuais dos municípios e nas leis orgânicas municipais. Alguns fatores podem ser debatidos em conjunto, visando criar, sempre que possível, normas similares ou adaptações de experiências positivas.

Transportes: A infraestrutura de transportes é importante para o escoamento da produção,

como também para acesso ao município, sendo fundamental para viabilizar a participação nos eventos culturais, festas e turismo. As proposições em relação a esse tipo de infraestrutura são:

- i. **Promover melhorias nas estradas:** Investir em alargamento, colocação de cascalho, sinalização e asfaltamento.
- ii. **Desenvolver programas de manutenção e melhoria de estradas:** Isso deve ser feito com apresentação de forma clara e com cronograma público das atividades.
- iii. **Avaliar a possibilidade de estruturação do modal ferroviário:** Constitui um ponto fundamental para escoar a produção regional.
- iv. **Elaborar cartilhas logísticas:** Isso facilitará o acesso aos municípios
- v. **Criar condições e normas de tráfego de veículos pesados.**
- vi. **Determinar os horários permitidos para carga e descarga de mercadorias:** Essa medida dirige-se ao meio urbano e permite facilitar o movimento de mercadorias.
- vii. **Preservar espaços turísticos**
- viii. **Promover o desenvolvimento dos circuitos de turismo rural**

Energia elétrica e Comunicação: Ampliar a extensão da rede de energia elétrica e o número de transformadores nos municípios: Fundamental para atender ao aumento das famílias e possibilitar a produção agropecuária.

Melhorar a qualidade do sinal de telefonia e internet na zona rural.

Inovação e investimento: O baixo nível de inovação e investimento é um reflexo do baixo nível da atividade produtiva dos municípios. Portanto, as ações que deveriam ser empreendidas são:

- i. **Estimular a geração de renda e emprego:** É a principal proposição para aumentar inovação e investimento. Somente o aumento e a melhoria da atividade produtiva são capazes de ampliar o mercado consumidor interno, além de aumentar as exportações para outras localidades (inclusive internacionais).
- ii. **Buscar fontes de crédito:** É fundamental para os produtores investirem, além de serem informados em relação a alternativas possíveis.
- iii. **Pesquisar sobre as principais inovações:** Deve-se buscar informações sobre as inovações que estão sendo implantadas em empreendimentos similares, nos grandes municípios como Belo Horizonte, por meio de diversas fontes. A UFV possui o CENTEV e o IPPDS que podem pesquisar sobre tais inovações.
- iv. **Promover cursos para atualização de práticas de gerenciamento das empresas:** É preciso buscar apoio de instituições já conhecidas (SEBRAE, SENAI, etc) e de instituições acadêmicas. Na UFV, há o IPPDS que organiza cursos de gestão conforme a demanda e o CENTEV que oferece cursos para atualização de práticas em gestão financeira.

Política Tributária: A tributação é um dos principais entraves para o fomento das atividades produtivas e de comercialização na região. A alta complexidade do impacto da tributação sobre os fatores de produção, a renda e o trabalho, interfere na formação do preço do produto e da margem. Agrega-se a isso a diversidade de tributos e de base de incidência, além da diferenciação da legislação tributária nos Estados e Municípios

no caso dos tributos de competência destes entes federativos. Neste aspecto, torna-se necessário a promoção de estudos adicionais para mensurar as formas de incidência e impactos tributários nos fatores de produção, patrimônio, renda e na formação do preço nas diversas operações relacionadas às cadeias produtivas existentes. Portanto, ações que deveriam ser empreendidas são:

Aprimoramento das questões tributárias. Para a promoção da sustentabilidade das cadeias produtivas, com vistas à geração de renda e emprego, deve-se estimular a discussão e aprimoramento das questões tributárias, considerando que na maioria das vezes implicam aumento nos custos de serviços de infraestrutura, da carga tributária, dos custos trabalhistas, das taxas de juros, dentre outros custos que oneram a produção e reduzem a competitividade tanto no nível doméstico como no internacional.

Identificar a forma de incidência dos tributos ao longo da cadeia produtiva. Considerando que a intensidade do impacto da tributação depende do número de etapas de processamento nas cadeias produtivas, do peso dos insumos e dos bens de capital em relação ao valor da produção e da proporção em que estes foram adquiridos no país ou importados, é fundamental identificar, nos diversos setores de atividade, a dependência das inter-relações que são tratadas ao longo da cadeia produtiva que vai desde a indústria de insumos até o varejo nacional e internacional. Estas relações referem-se a questões relacionadas à finalização da adição de valor ao produto e aos efeitos da tributação nos custos de produção, de comercialização e no valor agregado, em cada segmento da cadeia.

Identificar possibilidades de redução de tributos nas possíveis opções tributárias dos agentes econômicos. Considerando que, ao longo da cadeia, a tributação sobre produção e circulação de mercadorias e serviços abrange tributos, que dependendo da opção tributária, podem incidir sobre o patrimônio, a renda, o consumo e o trabalho de formas distintas e por envolver, no caso dos estados e municípios, legislações e jurisdições diferentes, a incidência de impostos em cada segmento da cadeia produtiva pode intensificar ou desestimular a competitividade das empresas. Neste caso, faz-se necessário identificar e avaliar as múltiplas relações entre indústria de insumos, agropecuária, agroindústria e mercado e verificar as diversas formas de incidência tributária ao longo das cadeias produtivas.

Identificar incentivos econômicos adotados por outros Estados e Municípios concorrentes. No caso das atividades econômicas nas cadeias produtivas apontadas no estudo, a questão tributária é semelhante e constitui-se em um dos fatores que impactam o resultado financeiro e econômico dos agentes. Pode-se citar que a forma de incidência e cobrança do ICMS, considerando que alguns Estados produtores que mantêm relações comerciais com Minas Gerais geralmente adotam a concessão de incentivo fiscal que distorcem os custos de produção, acirra a concorrência e alteram sensivelmente as relações econômicas. Assim, avaliar as políticas de incentivo e a forma que os Estados e Municípios têm lidado com estas questões, estabelecendo medidas protecionistas, é fundamental para o estabelecimento de políticas para o setor.

Identificar as possíveis formas de aproveitamento de crédito para o ICMS nas modalidades de opção tribu-

tária. As diversas formas de incidência dos tributos na opção pelo regime tributário nas empresas e a forma de incidência nos produtos considerando sua essencialidade pode onerar os agentes econômicos e o consumidor, afetando provavelmente a demanda dos produtos, enquanto a questão dos encargos sociais também é preocupante quando se trata de competitividade. Considerando que na atividade primária encontram-se políticas de incentivo mais prementes, observa-se que a concentração da tributação se aplica a partir do setor produtivo. Neste aspecto é interessante a promoção de estudos para avaliar os entraves no aproveitamento de crédito dos tributos não cumulativos, a exemplo do ICMS, e as consequências das opções tributárias relacionadas à legislação específica para as micro e pequenas empresas.

Identificar as inter-relações entre os setores primários e secundários para identificar o efeito da não cumulatividade dos tributos. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 155, Inciso I, § 3º, prevê que o ICMS será não cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro estado ou pelo Distrito Federal. Entretanto, essa compensação não é efetuada considerando que o pagamento do imposto incidente nas operações com produtos oriundos do setor primário e do produto resultante de sua industrialização fica diferido, nos termos do artigo 207 do RICMS/2002, para o momento em que ocorrer a saída do estado, para estabelecimento varejista e para consumidor final. O contribuinte que adquirir a matéria prima para industrialização, em operação interna alcançada pelo diferimento, diretamente de produtor rural ou por intermédio de associação ou cooperativa de produtores rurais, poderá apropriar, a título de transferência de crédito, 2,10% (dois inteiros e dez centésimos por cento) do valor da operação de aquisição. É interessante e primordial promover estudos para verificar como se dá esta relação e até que ponto a legislação simplificada e os processos de desoneração e diferimento impedem as empresas de menor porte de comercializar com aquelas de porte maior, considerando a dificuldade de repasse de crédito.

Identificar as formas de estabelecimento dos tributos pelos Estados e a existência de convênios estabelecidos. Quando as operações realizadas não se encontram amparadas pelos benefícios fiscais do diferimento, a indústria recolhe o ICMS devido nas alíquotas de 7% e 12%, respectivamente, sobre as operações internas e interestaduais realizadas na comercialização dos produtos cuja matéria prima foi originada do setor primário. Com a impossibilidade de aproveitamento do crédito integral ou de seu repasse, os agentes econômicos ficam prejudicados em sua contabilidade, considerando o recolhimento praticamente integral nas operações de aquisição e comercialização interna e interestadual de matéria prima e produto final. Neste caso estudos deveriam ser efetuados para elaboração de propostas de medidas compensatórias e de estorno de crédito nas cadeias produtivas, considerando que esta constatação é comum a todas elas.

Elaborar diagnósticos e identificar impactos tributários nos diversos setores nas operações de produção e comercialização. Para efetuar a análise e sugerir políticas para o setor referente às cadeias produtivas apontadas, torna-se necessário projetar os custos e receitas de cada atividade em diferentes cenários para também avaliar as variações tributárias decorrentes de créditos de impostos. Os resultados das simulações poderão contribuir na verificação das linhas de produção e em que situações a tributação impacta mais fortemente as cadeias produtivas. Neste aspecto poderão ser efetuadas as diversas possibilidades da circulação da matéria prima e do produto acabado no âmbito do Estado, interestadual e para regiões com diferenciação nas alíquotas do ICMS.

Elaborar simulações para identificar impacto dos tributos nas diversas opções de modalidades tributárias. A forma com que se dá a incidência tributária sobre os elementos de produção: matéria-prima, mão de obra, materiais diretos e os custos indiretos de fabricação podem interferir na mensuração dos custos de produção da indústria. Dentre os tributos que incidem diretamente nos custos de produção da indústria estão o ICMS, o Pis, a Cofins e os Encargos Sociais sobre a mão de obra. Esses impostos, com exceção das contribuições sobre a folha de pagamento, frequentemente são arrecadados em vários estágios do processo de produção e venda, de forma que seus efeitos sobre os preços pagos pelo consumidor final na cadeia de transação interferem na formação da margem estipulada pelos agentes econômicos. No âmbito de incidência dos tributos federais, o Pis e a Cofins têm a mesma sistemática para todos os Estados. A incidência do Pis e da Cofins na indústria, calculado sobre os elementos dos custos de produção com base no Lucro Real ou no Lucro Presumido, ocorre de maneira idêntica. Entretanto, há de se destacar a diferença entre as alíquotas dessas contribuições. A contribuição para o Pis, no Lucro Real tem a incidência baseada na sistemática de não-cumulatividade, tendo sua alíquota em 1,65%. A Cofins possui a alíquota básica de 7,6%. No Lucro Presumido, para estas duas contribuições ocorre a sua cumulatividade, assim, para o Pis, a alíquota é de 0,65%, e para a Cofins, de 3%. Neste caso para as médias e grandes empresas presentes na região pode haver distorções na aplicação das alíquotas relacionadas a esta contribuição em decorrência dos créditos descontados conforme estabelece a legislação em vigor. A identificação dos tipos de produtos e insumos e os fatores de produção permitidos para a formação do crédito do produto é essencial e pode sugerir medidas de protecionismo ou de inserção destes fatores no processo produtivo e ampliar a base de crédito das empresas. É necessário

estabelecer estudos sobre a diversidade dos conceitos de insumos e avaliar as soluções de consultas e decisões judiciais para os diversos setores, nas empresas optantes pelo Lucro Real, em relação ao aproveitamento do crédito do Pis e da Cofins.

Identificar possíveis variações nos custos de produção em relação a sistemática de aplicação dos tributos. A maneira como as organizações lidam com as questões tributárias podem influenciar seu desempenho financeiro e econômico. A legislação tributária, em muitos casos, impõe regras que, além de interferir nos procedimentos contábeis, acabam por gerar custos operacionais, administrativos e financeiros. Assim, parte desse problema está também nas modificações introduzidas no cálculo dos impostos e contribuições. Dependendo da sistemática do processo produtivo e da modalidade tributária nas indústrias podem ocorrer variação nos custos de produção e futuramente nos preços de venda. Neste caso processos de simulação vinculados a um possível planejamento tributário pode induzir na redução dos tributos a serem recolhidos. Propõe-se promover estudos sobre estas diversas incidências e identificar seu impacto na situação econômica e financeira das empresas.

Elaborar diagnósticos nas diversas cadeias produtivas nos setores de sua formação para avaliar o impacto dos tributos e sugerir propostas de incentivos fiscais. Ressalta-se o empenho da união e do estado na formulação das políticas tributárias para o setor agropecuário, buscando a redução dos custos de produção e comercialização, via isenção, diferimento, ou redução de base de cálculo dos insumos agrícolas. Entretanto, praticamente é nula a possibilidade de deduzir os tributos pagos na compra de insumos e bens de capital não incorporados ao processo produtivo. As exigências legais e os aspectos burocráticos fazem com que o produtor rural necessite de organização contábil para o registro dos créditos gerados na compra dos insumos e bens de capital e uso dos serviços, o que é pouco usual no setor. Essa falta de organização contábil faz com que o ICMS perca a sua principal característica de tributo sobre o valor adicionado, passando a incidir sobre o faturamento e a compor o custo de produção, gerando, assim, o efeito da cumulatividade dos impostos, aumentando, significativamente, a carga tributária em relação a sua alíquota nominal. É necessário efetuar o diagnóstico de todo o processo produtivo e comercial nas diversas cadeias produtivas para se estabelecer planos e ações para a elaboração de políticas tributárias e de incentivos para os diversos setores e produtos.

4.1.2. Proposições de cunho econômico – políticas verticais ou setoriais

As proposições nessa subseção requerem políticas de corte vertical, ou seja, aquelas direcionadas ao desenvolvimento de setores específicos.

Desenvolvimento requer a criação de valor adicionado, ou seja, nova renda e novo emprego. Para isso, é necessário fomentar atividades produtivas, sobretudo do setor primário e secundário. No entanto, a proposição do tipo de atividade a ser fomentada ou criada deve observar as reais possibilidades dos municípios, para que de fato

possam desenvolver tais atividades. Seguindo essa filosofia, buscou-se traçar cenários possíveis a partir da atual produção dos municípios e dos recursos existentes que possam ser explorados.

De acordo com o perfil da região, em que a maioria dos municípios tem a agropecuária como principal atividade econômica, o caminho natural é a implementação e, ou, ampliação das agroindústrias, com base nas atuais produções agropecuárias. Nos 33 municípios em análise, as principais agroindústrias que podem ser desenvolvidas são: café, laticínios, frutas, açúcar, suínos, aves e carnes.

Agroindústrias: As principais proposições gerais para o desenvolvimento da agroindústria são:

- Desenvolver um programa de atração de agroindústrias.
- Apoiar e orientar a constituição de agroindústrias familiares, com modelo inspirado na Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense.
- Apoiar e realizar a criação de Espaços de Armazenagem, Classificação e Beneficiamento descentralizados.
- Apoiar a busca por parceiros para Implantar frigoríficos para a piscicultura em municípios com elevado potencial hídricos.

Dada a importância das agroindústrias para o desenvolvimento dessa região e a limitação dessa parte do trabalho, haverá um estudo específico (Produto V) que avaliará a viabilidade de cada agroindústria.

Indústrias: Em relação às indústrias, na medida em que é um setor pouco desenvolvido na região, podem-se verificar algumas possibilidades de fomento desse tipo de atividade. Com base nas indústrias já existentes, podem-se elencar duas: indústria de cosméticos e indústria têxtil e de vestuário.

Essas duas indústrias, assim como o artesanato (discutido em seguida), são alternativas interessantes para as condições da região, por diversas razões: 1) comportar tecnologia de mais fácil aprendizado; 2) requerer menor volume de capital para investimento; 3) e, utilizar muita mão de obra, gerando muitos empregos.

Indústria de cosméticos: Foram identificadas 6 empresas nos municípios para os quais se elabora o PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PEDET): 2 em Alvinópolis, 3 em Dom Silvério e 3 em Viçosa. São empresas de micro, pequeno e médio porte, segundo critérios do SEBRAE. Grande parte dos produtos é destinada ao tratamento de cabelos. Dada a relativa importância dessa indústria na região, é apresentado abaixo um resumo das potencialidades do setor de cosméticos.

Potencialidades do setor de cosméticos: O consumo de produtos da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos vem crescendo muito no Brasil, com o aumento da renda dos segmentos de renda mais baixos da população. De



Figura 6. Produção de aguardente, doces e buchas vegetais para banho

acordo com a ABIHPEC3 (2014), o mercado vem crescendo no Brasil em ritmo bem alto, com previsão de crescimento do valor de vendas em 9,5% nos próximos anos, bem acima da maioria dos ramos industriais brasileiros.

Há programas governamentais destinados ao fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas desse ramo de atividade, como o Programa de Desenvolvimento Setorial SEBRAE, ABIHPEC, ABDI, ANVISA e VISA locais, que estabelecem parcerias entre empresas e órgãos governamentais. Esse programa se destina a: regularização de empresas junto à ANVISA; capacitação de pessoal, promovendo seminários e cursos; promoção de conhecimento, fornecendo cartilhas e newsletters, de como abrir uma firma, por exemplo; fornecimento de informação por meio de materiais e vídeos (por exemplo, de como coletar resíduos sólidos); e promoção de inovação.

O Projeto Setorial Integrado de Exportação ABIHPEC e Apex-Brasil, por sua vez, visa aumentar a inserção do setor no mercado internacional.

Especificamente em relação aos cosméticos, verifica-se que a cadeia produtiva à base de pro-

duto naturais apresenta um potencial significativo para o desenvolvimento regional.

De acordo com SEBRAE (2008) pode-se apresentar as atividades da cadeia como: 1) cultivo, extração e produção de matérias-primas naturais (óleos naturais, extratos, mel, etc), consistindo no principal diferencial desse tipo de produto; 2) fabricação de matérias-primas químicas para cosméticos (estabilizantes, conservantes, etc); 3) outros insumos, como embalagens; 4) produção de cosméticos; 5) rede de vendas (atacadistas, varejistas, lojas especializadas, salões de beleza, etc).

Várias etapas dessa cadeia podem ter potencial de desenvolvimento na região, o que criaria um *cluster* capaz de gerar sinergias entre as empresas, aos moldes de vários exemplos bem sucedidos desse tipo de formação industrial.

Diante da potencialidade que o ramo de cosméticos apresenta, a principal proposição é um estudo futuro do IPPDS sobre a viabilidade para ampliação do número de empresas nessa região.

Pode-se ilustrar essa viabilidade com a cadeia produtiva de cosméticos à base de mel e derivados. Dado que já é um dos produtos fabricados na região, poderia se estudar a possibilidade de estender essa cadeia com a fabricação de cosméticos a base de mel.

Indústrias de vestuário e têxteis: Há um número relativamente significativo de empresas de confecção de vestuário no território em estudo e um número reduzido de empresas têxteis. De acordo com a RAIS (2014), há formalmente registrado 86 empresas nos dois ramos, conforme a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1. Empresas de vestuário e têxteis por município

Municípios do PEDET	Empresas têxteis
Abre Campo	1
Alvinópolis	5
Barra Longa	1
Coimbra	3
Dom Silvério	2
Ervália	16
Guaraciaba	1
Mariana	7
Ponte Nova	10
Porto Firme	1
Raul Soares	5
Teixeiras	7
Urucânia	1
Viçosa	25
TOTAL	86

Fonte: RAIS, 2014.

Potencialidades do setor de vestuário: O ramo vestuário, sobretudo, apresenta algumas características que se adequam ao perfil dos municípios do território em estudo: a) abriga micro e pequenas empresas; b) é intensiva de mão de obra; e, c) requer, relativamente, um volume de capital menor do que diversas indústrias. Tais características tornam interessante sua implantação para o desenvolvimento da região, como atividade geradora de renda e de emprego.

A cadeia têxtil e de confecções envolve diversos ramos de atividade, iniciando pelos agrícolas (fornecedora de matérias-primas naturais), passando pelos industriais (máquinas e equipamentos, fiação, tecelagem, confecção de vestuário, aviamentos, química) e culminando com os de comércio (exportação, a varejo, atacado, pelo correio). Inclui também o setor Educação (com escolas técnicas e universidades).

De acordo com o SEBRAE (2014), a principal contribuição da indústria têxtil e de confecções é a **geração e distribuição de renda**, se constituindo em ramos que têm maior capacidade de gerar emprego, dentre todos os ramos industriais. Gera mais de 8 milhões de empregos diretos e indiretos no país; é um setor que alavanca o primeiro emprego; constitui no principal contratante de mulheres “chefes de família; absorve pessoal de todos os níveis sociais; e, por fim, se constitui numa ferramenta viável de distribuição de renda.

Segundo cálculos de Najberg e Ikeda (1999), o ramo de vestuário ocupava o primeiro lugar, em 1999, em termos de geração de renda, dentre todas as atividades produtivas dos setores primários, secundário e terciário. Se houvesse um aumento de demanda de R\$1 milhão, a indústria geraria 118 empregos diretos, 21 indiretos e 59 devido ao efeito-renda. Isso ocorre porque o ramo de vestuário necessita de muita mão de obra para todo o processo, uma vez que não é possível automatizar etapas como a costura e o acabamento. Além disso, esse ramo também está entre os maiores geradores de renda, juntamente com as agroindústrias. Nesse sentido, torna-se uma opção excelente para gerar emprego e renda nesses municípios.

Para reverter tal situação, além de políticas relativas à taxa de câmbio, é necessário melhorar a qualidade e o *design* dos produtos. A **inovação** nessa área é fundamental, além da gestão e do mercado.

Um projeto da SEBRAE, do Rio Grande do Norte (RN), sugere as seguintes ações para a pro-

moção da indústria de vestuário:

- i. Capacitação: Promover cursos e consultorias em gestão empresarial
- ii. Diagnóstico: Realizar diagnóstico empresarial com o segmento de confecções
- iii. Moda e Mercado: Criar ações para a promoção de acesso a mercados
- iv. Missão Empresarial de Benchmarking: Executar missões empresariais, como forma de extensão a visão empresarial
- v. Matriz de Competitividade: Aplicar e monitorar o modelo de matriz de competitividade nas empresas participantes
- vi. SebraeTec: Desenvolver consultoria nas áreas de inovação e tecnologia

Esse projeto, denominado **Projeto da Indústria da Moda no Rio Grande do Norte (2014/2017)**, destina-se a fomentar 60 pequenas empresas no litoral e sertão. Além desse, o SEBRAE também gerencia o projeto **PRÓ-SERTÃO Programa de Industrialização do Interior (2013/2017)**, destinado a 150 pequenos negócios de fornecedores de indústrias têxteis e de confecções.

Estes são alguns exemplos de projetos que podem servir de inspiração para planejar o fomento desses ramos na região do PEDET.

A proposição do trabalho, assim, é sugerir um estudo sobre a viabilidade de implantação de empresas da cadeia têxtil e de vestuário nos municípios da região em estudo. O IPPDS pode, futuramente, elaborar esse estudo de viabilidade, assim como um planejamento para implantação dessa cadeia.



Figura 7. COOPSOBERBO – Centro de Produção de Vestuário - Santa Cruz do Escalvado

Artesanato: O artesanato constitui uma atividade complementar de geração de renda para municípios com o perfil desses do território em estudo. A exposição de sua importância, os pro-

gramas governamentais e os exemplos de sucesso se encontram no Quadro 5 abaixo. Em seguida colocam-se as propostas de ações para a região.

A viabilidade da atividade de artesanato e reaproveitamento de produtos para o desenvolvimento de pequenos municípios. O artesanato tem relevância no desenvolvimento regional, pois envolve aspectos econômicos (geração de trabalho e renda), sociais (sociabilidade entre os artesãos), culturais (informações sobre a cultura do grupo, identidade e saberes transmitidos através das gerações, por possuir variações e características peculiares conforme o ambiente e a região), políticos (motivação de reuniões dos artesãos em uma associação, acesso a políticas públicas e busca de melhorias para o grupo) e ambientais (reutilização e reaproveitamento de produtos, evitando o extrativismo e o acúmulo de resíduos nos lixões).

A produção de artesanato pode se dar a partir do extrativismo mineral ou vegetal com finalidade específica para a produção artesanal, como o caso de artesanatos feitos em pedras ou madeiras. Entretanto, há diversos produtos artesanais que são feitos a partir de produtos que são frequentemente vistos como resíduos da produção, sem fins comerciais, como as palhas de milho, bananeira e café. A confecção de artefatos criativos com os “resíduos da produção” é uma forma de completar a utilização da cadeia produtiva, utilizando praticamente 100% da matéria prima extraída, evitando o descarte.

O artesanato constitui uma forma de trabalho criativo que é significativo principalmente para as mulheres, pois frequentemente é realizado no âmbito doméstico, possibilitando a geração de renda conjugada com as atividades domésticas e familiares. Em momentos de desemprego, as atividades artesanais, desenvolvidas no recinto doméstico, muitas vezes constituem a única fonte de renda familiar. Há vários casos de mulheres que desenvolvem atividades de artesanato, enquanto seu cônjuge participa do mercado formal. Porém, quando o cônjuge fica desempregado, é comum ele aderir ao artesanato praticado pela esposa, cuja atividade, muitas vezes, torna-se muito lucrativa.

Dados do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) (2002), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, apontam que a atividade artesanal é responsável por 2,1% do Produto Interno Bruto Nacional. Em suas cadeias produtivas, o setor envolve cerca de 8,5 milhões de artesãos e movimenta recursos em torno de 28 bilhões de reais por ano. Estima-se que o setor gera um rendimento médio mensal

de 03 (três) salários mínimos, sendo de um salário mínimo no interior e 5,5 a 6,0 salários mínimos nas regiões metropolitanas.

Outra vantagem do desenvolvimento do artesanato é que pode-se conjugá-lo ao setor de turismo. Conforme Ramos (2013, p.50), “o Programa Sebrae tem aproximado o setor do artesanato do turismo em diversas tentativas de trabalhos associados. Uma das vertentes de atuação compartilhada é a inserção do artesão e seu local de produção, enquanto roteiro turístico”.¹⁴

Embora muitos municípios tenham expressiva produção de artesanato, com técnicas de produção e materiais diversificados, que se traduzem em uma rica diversidade cultural, frequentemente os produtos não trazem inovações, são repetitivos e muitas vezes, de má qualidade, comprometendo sua competitividade no mercado.

Diante disso, e considerando a relevância do artesanato como patrimônio cultural, o governo brasileiro tem implantado políticas públicas que motivam a produção de artesanato nas comunidades, com a “finalidade de coordenar e desenvolver atividades que visam valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como, desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal, no entendimento de que artesanato é empreendedorismo.” (PAB, 2014).⁵ Como parte dessa política se insere o “Programa do Artesanato Brasileiro”, “Programa Sebrae de Artesanato”, “Economia Criativa” e o “Programa Cultura Viva”.

O Programa do Artesanato Brasileiro visa preparar os artesãos e as organizações representativas do setor para o mercado competitivo, promovendo a profissionalização e a comercialização dos produtos, apoiando a participação dos artesãos em feiras e eventos para comercialização da produção, além de viabilizar o oferecimento de curso de capacitação para artesãos e trabalhadores manuais. As ações do Programa visam consolidar o artesanato brasileiro enquanto setor econômico de forte impacto no desenvolvimento das comunidades.

O acesso às políticas públicas possibilita a união dos artesãos em associações, cooperativas ou instituto, permite colocar os artesãos em contato com outras realidades mediante a participação em feiras, cursos e oficinas, além de estabelecer parcerias com *designers* que motivam incorporar nos produtos informações de moda, organizar coleções, utilizar cartelas de cores, além de motivar a conjugação de materiais locais com materiais industrializados, como fitas, miçangas, zípers e outros. Possibilita ainda trabalhar com estratégias de

comercialização, mediante a criação de marca, o desenvolvimento de etiquetas que identificam os produtos e os produtores, a aquisição de embalagens, bem como o desenvolvimento de página na Internet visando à comercialização dos produtos, além de adequar os produtos para obter certificações para exportação.

Um caso bem sucedido em Minas Gerais foi a parceria entre o Instituto Xopotó de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental e a Prefeitura Municipal de Brás Pires. No município havia mulheres que confeccionavam artesanato a partir da palha de milho. Como o SEBRAE viu uma potencialidade nos trabalhos realizados, em parceria com a prefeitura investiram na formação empreendedora das artesãs com a criação da Associação de Produtores Artesanais de Brás Pires (APPAB). A contratação de uma *designer* propiciou a criação da marca Arte D’Mio, com agregação e valor aos produtos, a construção de catálogos de apresentação dos produtos, além de ampliar a abrangência da comercialização dos produtos no mercado nacional e internacional.⁶

Outro aspecto a ser destacado é o potencial do reaproveitamento e reciclagem de materiais, tanto em nível artesanal quanto industrial. Reconhecendo o potencial do reaproveitamento de materiais que iriam para o lixo, o governo brasileiro financiou um estudo, mediante o qual se concluiu que a maioria dos produtos pode ser reciclada, movimentando uma indústria de mais de R\$ 8 bilhões por ano. Esse estudo resultou, em 2010, na Política Nacional de Resíduos Sólidos que se fundamenta na visão do resíduo sólido como valor social (que possibilita trabalho, renda e exercício da cidadania) e econômico (constituindo-se em matéria prima secundária em substituição às primárias extraídas das minas, florestas e rios). Além disso, minimiza os danos à natureza e a reciclagem incentiva o desenvolvimento científico e social.

Sob essa perspectiva, as aparas de madeira – resultante das atividades das madeireiras ou do descarte de móveis –, que iriam para o lixo, podem ser reaproveitadas quando picotadas em máquinas, formando fragmentos de madeira que são embalados e vendidos para uso no paisagismo. Os fragmentos de madeira e pó de serrarias também podem ser adicionados a resíduos de couro, casca de arroz, amendoim, café, babaçu, bagaço de cana e uva, cuja mistura e compactação foram os *Pellets* e *Briketts* como alternativa a lenha, devido ao seu alto poder calorífico. Os *briketts*, sendo de maior tamanho, são usados em indústrias e padarias, enquanto os *pellets*, sendo de menor tamanho, são recomendados para uso doméstico

nas residências (lareiras, fogões) e em locais onde há necessidade de aquecimento rápido.⁷

Outra medida de destaque é a adotada pela empresa Oca Brasil, fabricante de mosaicos para revestimento de parede a partir de resíduos de madeira, desprezados pelas madeiras. Em menos de 3 anos de fundação a empresa passou de 5 para 85 funcionários, aumentou as vendas em mais de 100% e passou a exportar para a Europa (Bélgica e Espanha).⁸

Para que haja êxito nos negócios, com amplo potencial de venda e exportação, é importante o investimento em certificações, como a Certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design). A Certificação internacional LEED possui 7 dimensões a serem avaliadas: Espaço Sustentável; Eficiência do uso da água; Energia e Atmosfera; Materiais e Recursos; Qualidade ambiental interna; Inovação e Processos; e, Créditos de Prioridade Regional. Seus pré-requisitos, quando atendidos, garantem uma pontuação que define o nível da certificação que pode variar de 40 pontos (nível certificado) a 110 pontos (nível platina).

Diante das possibilidades expostas acima, observa-se que para que haja fortalecimento do setor artesanal é necessário que haja planejamento estratégico e investimento na gestão e produção cultural nesse setor para o seu fortalecimento. Para isso é necessário:

- i. **Fornecimento de assistência técnica aos artesãos.** Isso pode ser proporcionado a partir de cursos formativos sobre *design* de produto, moda, associativismo, precificação, comercialização e outros.
- ii. **Participação dos artesãos.** Motivar a participação democrática dos artesãos na elaboração e gestão de projetos, bem como no acesso a políticas públicas.
- iii. **Fornecimento de subsídios.** São necessários subsídios para a divulgação do artesanato como patrimônio cultural.
- iv. **Formação e fortalecimento de parcerias.** Motivar o estabelecimento e fortalecimento de parcerias com outros setores culturais, órgãos governamentais, bem como com a indústria e o comércio.
- v. **Criação de políticas de incentivo fiscal.** Devem beneficiar a produção, comercialização e divulgação do artesanato em eventos, publicações etc.
- vi. **Investimento na identidade visual dos produtos e dos locais de exposição.** Devem ser feitos logomarca, etiqueta, embalagem, *web design*, material impresso e audiovisual etc.
- vii. **Investimento em *design*.** É fundamental para agregar valor ao produto (acabamento, referência cultural, planejamento de coleções, embalagem dos produtos e divulgação).
- viii. **Inclusão digital.** Propiciar condições para que haja inclusão digital do artesão.

- ix. **Investimento em certificações.** Deve favorecer a comercialização e a exportação dos produtos artesanais.

4.1.3. Proposições de cunho econômico para o meio rural

4.1.3.1. Produção e Comercialização:

- i. **Desenvolver políticas de atração agroindústrias.** Deve-se visar a compra dos produtos dos agricultores. As agroindústrias possibilitariam ainda empregar a mão de obra da região, evitando a saída dos jovens do município.
- ii. **Investir na construção de estruturas comunitárias para armazenagem e comercialização.** Deveria ser feito para o café e outros produtos, valorizando os produtos locais.
- iii. **Fornecer capacitação aos produtores rurais sobre tecnologias de produção.** É essencial, por exemplo, para uso de máquinas de cartão de crédito e emissão de notas fiscais.
- iv. **Ampliar o acesso a programas governamentais.** Como exemplo tem-se o Balde Cheio e outros que têm como objetivo melhorar a oferta de alimentos para ração e a redução de custos de produção. Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o objetivo é que funcionem melhor nos municípios, aumentando o volume de compra e o acesso aos produtores, diversificando os produtos e agilizando o pagamento.
- v. **Apoiar a implantação de feiras.** Recomendado para os municípios que não as possuem, oferecendo um espaço coletivo de comercialização, de forma a apoiar os pequenos produtores.
- vi. **Incentivar a produção de artesanato.** As proposições são as mesmas elencadas para o espaço urbano, acima, referente à geração de emprego e renda.
- vii. **Apoiar a implantação e fixação de empresas.** Isso pode ser feito mediante estímulo ao aumento e diversificação da produção.

4.1.3.2. Associações e Cooperativas:

- viii. **Difundir o cooperativismo e o associativismo.** Isso pode ser feito a partir da construção de um programa educacional, o qual deverá ter cursos e distribuição de cartilhas informando seus benefícios e incentivando a união na comunidade.
- ix. **Elaborar Planos de Negócios.** Deve-se indicar ações a serem implementadas para a gestão dos empreendimentos e a resolução de problemas.
- x. **Apoiar a fusão de associações e a constituição de cooperativas e associações fortes.** Essa ação precisa ser pautada no interesse dos produtores, com estrutura técnica para assessorar os empreendimentos rurais na assistência técnica e na oferta de insumos e comercialização dos produtos.

4.1.3.3. Assistência técnica:

- i. **Aumentar a capacidade de fornecimento de assistência técnica:** Preencher as vagas dos técnicos da Emater aposentados e aumentar o número de técnicos atuantes. Com essa ação é possível dotar os municípios de número suficiente e permanente de técnicos da Emater para atender aos agricultores.



Figura 8. Algumas Associações presentes no território em estudo

- ii. **Incentivar o desenvolvimento de organizações relacionadas ao cooperativismo de crédito:** Tal ação liberaria a EMATER para trabalhos de assistência técnica e extensão rural.
- iii. **Apoiar a constituição de assistência técnicas especializadas junto as associações e cooperativas.**
- iv. **Incentivar a atração e a fixação nos municípios de empresas de assistência técnica ou assistência técnica individual.**
- v. **Viabilizar convênios de transferência de tecnologias produtivas:** Tais transferências poderiam ocorrer entre municípios, associações, cooperativas e universidades e institutos, visando repassar tecnologias mais adequadas aos agricultores da região.
- vi. **Desenvolver projetos de desenvolvimento para a agricultura na região.**

vii. Desenvolver programas de análise do solo.

4.1.3.4. Crédito:

- i. **Disponibilizar agentes mobilizadores.** O intuito seria para subsidiar os produtores a acessar o crédito agrícola nos municípios que não possuem assistência técnica para o crédito.
- ii. **Desenvolver instrumentos de informação.** Estes devem esclarecer os produtores sobre os benefícios e limitações do crédito.
- iii. **Implantar agência bancária.** Tal ação seria destinada aos municípios que não possuem bancos.
- iv. **Desenvolver parcerias entre os bancos e os produtores.** Com isso se estabeleceria uma agência facilitadora do acesso ao crédito e não um aliciador de outras propostas que não sejam do interesse dos produtores.
- v. **Ampliar a captação de crédito nos municípios.** Essa ação é fundamental para impulsionar a produção.
- vi. **Buscar novos agentes de organização e disponibilização de crédito como o sistema cooperativista de crédito solidário.**

4.2. Dimensão Sociocultural

4.2.1. Proposições de cunho sociocultural para o desenvolvimento municipal

4.2.1.1. Redes de Apoio Técnico e Formação de Competências

Sabe-se que o desenvolvimento regional sustentável requer a articulação de uma série de organismos, com ênfase naqueles cujo sentido existencial está na qualificação de pessoas, no fomento técnico e tecnológico e no apoio às formas de empreendedorismo, inovação e geração de competências.

Nessa direção, os representantes do executivo municipal destacaram aqueles órgãos que, na concepção deles, seriam parceiros importantes no processo de formação de competências e treinamento de recursos humanos, sendo os mais citados: Senar, Senac, Senai, SESCOOP e Sebrae, além da Embrapa, Epamig e Emater.

Portanto, sugerem-se que as associações AMMAN e AMAPI façam o levantamento das principais necessidades de treinamento e a articulação da aproximação entre setor privado, sociedade e esses organismos públicos e privados. Dentre as sugestões específicas, mencionamos a realização de eventos do modelo “Clínica Tecnológica”, pelo menos, uma vez por ano e congregando esses diversos organismos.

A proposta é dar oportunidade para que os empresários, produtores e empreendedores possam levar suas dúvidas, demandas e solicitações, além de terem a oportunidade de receber aten-

dimento personalizado altamente qualificado. A “Clínica Tecnológica” consiste em um serviço coletivo ou personalizado que tem como propósito fornecer soluções para problemas específicos de produtos e processos em micro e pequenas empresas.

É reconhecida pelo seu potencial de resolubilidade em questões de pequena e média complexidade, em especial nas demandas ligadas a gestão, processos produtivos, formação de preços, qualidade de serviços e produtos, além de logística e outras demandas administrativas. O projeto, que é patrocinado pelo SEBRAE, é baseado em encontros nos quais o consultor assume o papel de mediador da mesa, estimulando a troca de ideias entre consultores e empresários, visando o enfrentamento de problemas e a busca de soluções específicas. Diante destas colocações é que ocorre a intervenção do consultor.

Dentre as várias vantagens da Clínica Tecnológica, o manual do SEBRAETEC (2014) destaca as principais:

- i. a possibilidade de o cliente estar em contato direto com o consultor e outros empresários, tornando a consulta dinâmica e diferenciada e proporcionando, também, a reunião de vários especialistas em um mesmo espaço;
- ii. a facilidade de se poder contar com profissionais de áreas complementares, além de consultores da área específica de atuação da empresa (por exemplo: para uma empresa do setor de panificação podem ser oferecidos temas da área de alimentos, como de gestão, conservação de energia, design, dentre outros);
- iii. a auto-suficiência que a Clínica Tecnológica SEBRAETEC propicia, induzindo o empresário a buscar soluções e a equacionar o seu problema, abrindo perspectivas de melhoria e de inovação para a empresa; e,
- iv. o incentivo à mudança de mentalidade no meio empresarial, uma vez que a Clínica Tecnológica é um instrumento voltado à formação da cultura da inovação nas micro e pequenas empresas.

4.2.1.2. Qualificação Profissional e Presença de Órgãos de Educação e Treinamento

Visando enfatizar a necessidade de apoio técnico para a formação de competências, quanto à educação e capacitação de jovens discutidos na parte dos entraves, buscou-se demonstrar a necessidade de qualificação profissional, e, a presença dos órgãos de educação e treinamento nos municípios do Território Estudado.

Os dados evidenciam a necessidade de ações voltadas para a melhoria de atividades de educação e treinamento, visando qualificar a mão de obra. Por isso, com o intuito de compreender melhor as características do Território Estudado, procurou-

se identificar a presença de órgãos de educação e treinamento em cada um dos municípios, conforme pode ser observado no Mapa 1, a seguir. Buscou-se averiguar a presença dos seguintes órgãos na região do PEDET: 1) Senai; 2) Senar (municípios que possuem convênio de cooperação); 3) Senac; 4) Sebrae (posto de atendimento); 5) Emater; 6) Embrapa (escritórios); 7) Epamig; 8) Institutos Federais; 9) Universidades Federais; 10) Universidades Estaduais; e, 11) Faculdades Privadas.

Foram identificados 60 órgãos distribuídos nos 33 municípios. No entanto, 22 destes órgãos, que representam 36,7% do total, se concentram nos municípios de maior porte do Território Estudado, 6 em Mariana, 8 em Ponte Nova e 8 em Viçosa. Os outros 30 municípios apresentam uma baixa presença destes órgãos, sendo que 2 municípios não têm a presença de nenhum destes órgãos, 18 municípios apresentam apenas 1, e 10 municípios apresentam 2, variando, portanto, de 0 a no máximo 2 órgãos por cidade. O órgão presente em quase todos os municípios da região em estudo é a Emater, estando em 30 cidades. Já não há em nenhuma das cidades, o Senac, os Institutos Federais e Universidades Estaduais.

Estudos são consensuais ao identificar a educação, em quantidade e qualidade, como fator determinante para o desenvolvimento humano e o crescimento econômico.

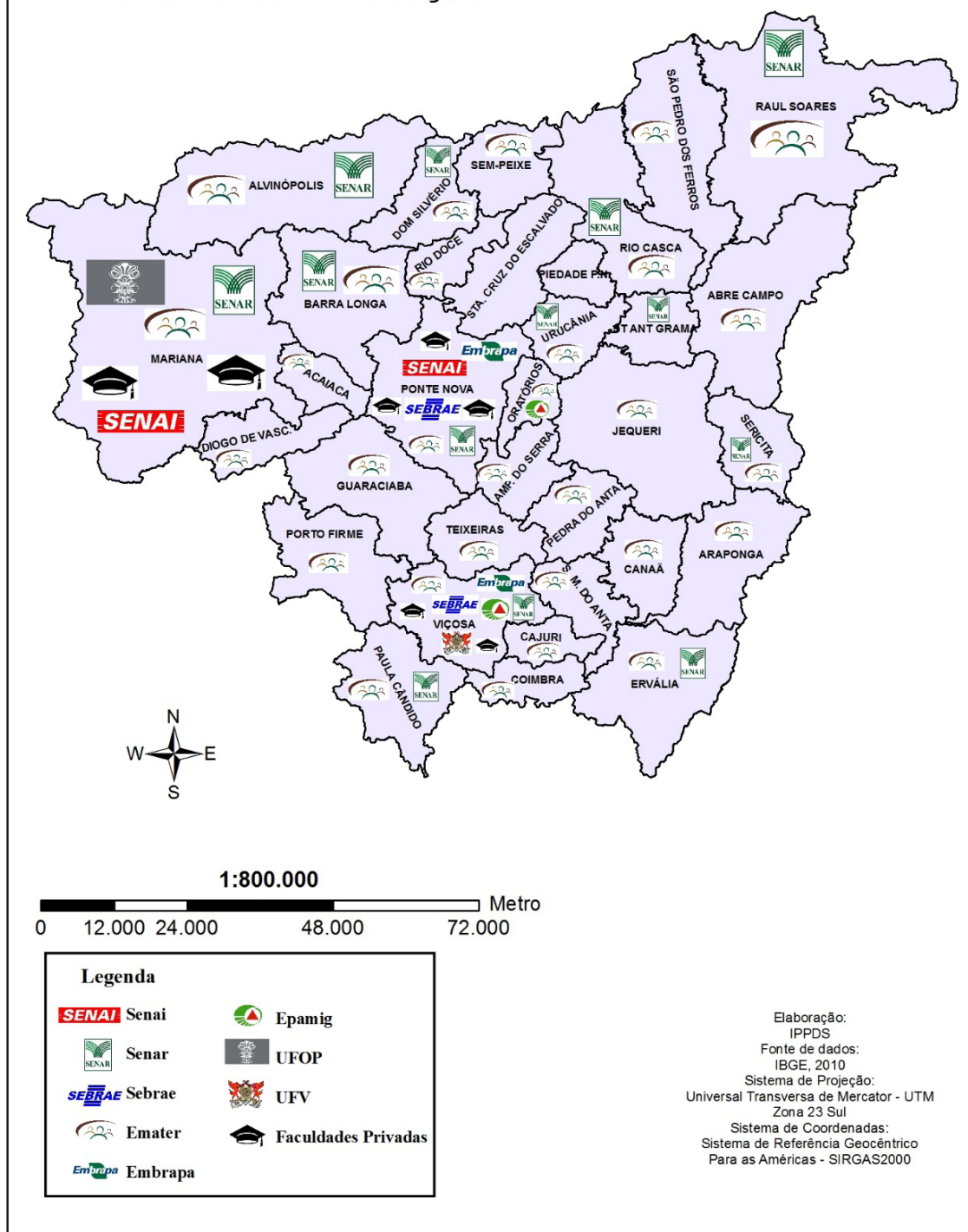
Diante do quadro apresentado sobre a presença de órgãos de ensino e treinamento sugere-se:

Articulação dos governos locais em torno de ações que potencializem a estrutura de educação e treinamento dos municípios integrantes do PEDET: Nesse sentido, as associações de municípios AMAPI e AMMAN podem facilitar a articulação necessária entre os órgãos voltados para a educação e treinamento de jovens, com o intuito de promover ações globais que beneficiem a todo Território Estudado. Para compreender melhor a finalidade destas associações, é explicitado no tópico seguinte o papel que elas desempenham.

Implantar turmas do PRONATEC nos municípios que ainda não o possuem: Tal medida visa criar condições para que os jovens possam estudar e trabalhar no município.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é conhecido pela capacidade de treinar jovens lideranças empreendedoras no próprio município. Para o aproveitamento das oportunidades de treinamento via PRONATEC, sugere-se que seja realizado um am-

Distribuição dos Órgãos de Treinamento e Educação



plano levantamento das prioridades e que os cursos sejam pactuados com as unidades de formação da região. Considerando que as inscrições são grátis, sugere-se uma ampla divulgação e a formação de turmas para o PRONATEC, aos serviços públicos, uma vez que a baixa qualificação dos recursos humanos da administração pública municipal foi

um dos fatores negativos destacados pelos entrevistados na segunda fase desse projeto.

Educação: A educação é reconhecida amplamente como base fundamental de qualquer sociedade desenvolvida. Assim, as proposições nessa área são:

Acompanhamento da qualidade do ensino:

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado possui metas para a educação do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, é fundamental fazer o acompanhamento das escolas, com base nessas metas, observando quão distante esses municípios se encontram dessas metas.

No caso do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), por exemplo, as metas a serem alcançadas são: 6,2, em 2015; 6,8, em 2022; e, 8, em 2030. Os municípios do território em estudo alcançaram os resultados constantes na Tabela 2.

Tabela 2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos municípios do território em estudo – 2009, 2011 e 2013.

Ideb do Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	2009	2011	2013
Abre Campo	6.5	6.2	6.3
Acaiaca	-	-	-
Alvinópolis	5.9	5.7	5.8
Amparo do Serra	4.9	-	-
Araponga	5.8	5.5	7.1
Barra Longa	4.8	4.1	5.3
Cajuri	-	-	5,1
Canaã	5.2	5.2	7.0
Coimbra	-	-	-
Diogo Vasconcelos	-	-	-
Dom Silvério	-	-	-
Ervália	6.8	5.9	6.6
Guaraciaba	5.3	6.0	5.8
Jequeri	5.1	5.7	5.8
Mariana	5.7	5.9	6.2
Oratórios	-	-	-
Paula Cândido	6.4	6.8	6.1
Pedra do Anta	5.2	-	-
Piedade de Ponte Nova	-	-	-
Ponte Nova	5.1	5.7	5.8
Porto Firme	6.0	6.5	6.2
Raul Soares	6.0	6.1	6.1
Rio Casca	5.9	6.8	6.7
Rio Doce	-	-	-
Santa Cruz do Escalvado	6.2	5.5	5.4
Santo Antônio do Grama	-	-	-
São Miguel do Anta	5.8	7.0	-
São Pedro dos Ferros	-	-	-
Sem-Peixe	-	-	-
Sericita	-	-	-
Teixeiras	4.9	6.1	5.1
Urucânia	5.4	5.1	5.1
Viçosa	6.1	6.4	6.5

Fonte: IDEB, 2014.

Dos 33 municípios, há dados apenas para 19. Mas, dentre esses últimos, 8 já alcançaram a meta em 2013, ou já a superaram; 6 se encontram próximos de atingirem a meta, com índice de 5,8 ou mais; e, apenas, 5 possuem indicadores mais baixos, entre 5,1 e 5,7. Os governos locais desses últimos municípios devem, assim, fazer as melhorias necessárias para que as metas sejam alcançadas. Quanto aos demais, devem fazer os acompanhamentos desse indicador, procurando, da mesma forma, elevá-lo.

Esse acompanhamento deve ser feito pela Secretaria de Educação de cada município, em relação a todas as metas constantes na Tabela 1, em anexo.

Construir escolas nas comunidades rurais: A proposição é de que sejam planejadas com infraestrutura e ensino adequados ao meio rural, com horários, metodologias e propostas educacionais diferenciadas.

4.2.1.3. Saúde e Segurança

Agilizar a realização de exames: Esse é um fator fundamental para diagnósticos mais rápidos.

Estruturar hospitais em municípios que os não possuem: A falta de hospitais em determinados municípios causa muitos transtornos aos pacientes e congestionam o atendimento nos municípios que possuem hospitais. Esse tipo de investimento precisa mobilizar recursos do governo do Estado, o que pode ser viabilizado por meio de ação conjunta da AMAPI E AMMAN.

Construir postos de saúde na zona rural: A zona rural é a mais carente nos serviços de saúde. A construção de postos de saúde reduz a necessidade de se recorrer a hospitais, uma vez que muitas doenças de fácil cura podem ser prontamente atendidas nesses locais. Da mesma forma que os hospitais, há necessidade de mobilização dos municípios via AMAPI e AMMAN para obtenção de recursos junto ao governo estadual.

Aumentar o policiamento e segurança: Também requer ação política dos municípios para aumentar o efetivo da polícia militar, além de planejamento para utilização dos recursos.

4.2.1.4. Trabalho e mão de obra:

Realizar atividades motivacionais: Estas se direcionariam aos jovens que residem no meio rural, oferecendo-lhes boas perspectivas de trabalho e renda com carteira de trabalho e direitos trabalhistas.

Adequar a legislação trabalhista ao meio rural: Tal ação permitiria o aprendizado dos

jovens e a contratação de temporários com carteira de trabalho.

Apoiar a constituição de microempresas rurais: Essa proposição visa fortalecer a oferta de empregos no campo.

Instituir ou fortalecer o oferecimento de qualificação profissional: Seriam oferecidos cursos profissionalizantes e escolas técnicas, visando incentivar os jovens a permanecerem na zona rural com redução do êxodo rural.

Apoiar os jovens universitários: Aqueles que estão fazendo o curso superior de Educação no Campo devem ser apoiados em suas decisões de implantar na propriedade aquilo que estão aprendendo na universidade.

4.2.1.5. Turismo, cultura e lazer:

Construção de centros de convenções ou área comum: Essa ação visa a realização de eventos nos municípios que não os possuem.

Incentivar as manifestações culturais: Deve ser feito com ações que levem as pessoas a reconhecerem o potencial das festas para formação de parcerias, integração, venda de produtos, movimentação econômica do município e fortalecimento da identidade grupal.

Ampliar as opções de lazer aos jovens: É fundamental para estimulá-los a permanecerem no município.

Viabilizar a revitalização e a utilização de estruturas físicas: Tal ação incidiria sobre aquelas que estão em desuso ou subutilizadas, para que funcionem os centros de apoio ao produtor.

Divulgar os pontos turísticos locais: Uma ação nesse sentido seria divulgá-los nos produtos comercializados, principalmente nos da agroindústria. Outras formas seriam montar roteiros; fazer divulgações de calendário de festividades dos municípios de forma integrada, dentro e fora da região.

4.3. Dimensão Institucional

4.3.1. Proposições de cunho institucional para o desenvolvimento municipal

Na sequência, linhas de ação serão delineadas no sentido de viabilizar estratégias de enfrentamento por parte dos organismos competentes e das redes de atores sociais.

Competência municipal e conhecimento técnico para a confecção de projetos e elaboração de planos estratégicos

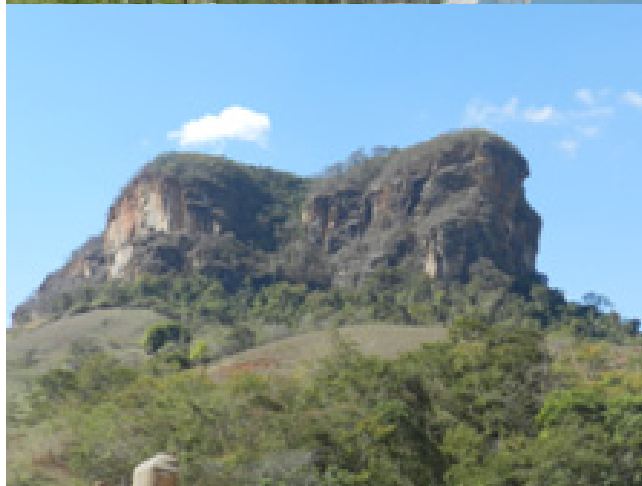
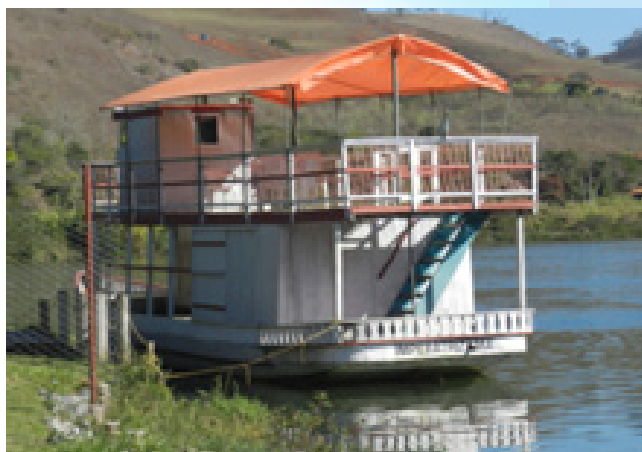


Figura 8. Potencial turístico de Rio Doce e São Pedro dos Ferros

Nesse quesito, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) representam parte importante no oferecimento dessas expertises e no treinamento dos recursos humanos municipais em especial os secretários executivos.

Para algumas das limitações encontradas já existem políticas, recursos ou programas existentes no âmbito estadual ou nacional, sendo que, de fato, falta é a competência técnica para a confecção de bons projetos. Para tanto, há a necessidade de manutenção das ações iniciadas por esse plano estratégico, visando à manutenção das atividades do IPPDS e o contato permanente da AMMAN e AMAPI com a UFV.

Apoio do executivo e legislativo das esferas superiores da unidade federativa

O apoio das instâncias executivas e legislativas é muito importante, seja pelo financiamento de ações regionais, seja pela disponibilidade de apoio a implantação de projetos e políticas públicas municipais e regionais. O legislativo, conforme já mencionado, tem papel fundamental ao incorporar as demandas regionais nas agendas políticas e na defesa de apoio e recursos para colocar em curso as ações desenhadas, seja no PPA estadual ou nacional, seja através de emendas orçamentárias.

Para tanto, sugere-se dois aspectos: a) a imparcialidade político-partidária das ações propostas, visando congregação de políticos de diferentes partidos em torno da causa maior que é o desenvolvimento sustentável territorial; e, b) a condução do processo com auxílio de organismos externos com conhecimento técnico na área, visando transformar as diferentes demandas em programas defensáveis e exequíveis. Nesse ponto, a manutenção de ações em parceria com o Instituto de Política Pública e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) é imprescindível para o alcance desse propósito.

Subdivisão das associações AMAPI e AMMAN em subgrupos

Essa proposta é uma forma de resolver problemas de falta de interação e dinamismo das associações. Esses subgrupos terão número menor de membros que serão subcoordenados por um líder escolhido pelo próprio grupo. Para facilitar a interação, os subgrupos devem ser formados por municípios que possuem um histórico de cooperação entre si, geralmente municípios limítrofes. Os líderes desses subgrupos (os subcoordenadores) terão a função de articular e executar as atividades entre os gestores públicos de seu grupo

de municípios, traduzindo para a diretoria das associações, as suas demandas e os possíveis direcionamentos vislumbrados.

Estreitamento das relações entre os municípios da AMAPI e AMMAN

Tendo em vista o papel que as associações de municípios, AMAPI e AMMAN, têm desempenhado no processo de desenvolvimento dos municípios em estudo, torna-se relevante destacar os benefícios e as limitações da união entre diferentes municípios de uma mesma microrregião.

As associações de municípios é a adesão de pessoas que estão envolvidas na gestão municipal, representadas pelos prefeitos, chefes do executivo, sendo por isto pessoas jurídicas e de direito público, mas que constituem uma “associação”, isto é, pessoa jurídica de direito privado (SILVA, 1977). Estas associações consistem da reunião de municípios de determinada região ou área socioeconômica, visando resolver problemas que transcendem as fronteiras de uma só administração municipal, promovendo assim, o desenvolvimento municipal e microrregional (CARVALHO, 2001).

Rosales (1994), citado por Butzke (2007), afirma que: “Os municípios precisam apoiar-se uns aos outros, visando compartilhar experiências e assessorar-se tecnicamente. Devem unir-se para enfrentar determinados problemas comuns em nível regional, com vistas a aglutinar forças para negociar com outras instâncias governamentais, visto que um município solitário é um ente isolado e enfraquecido quando precisa proteger sua autonomia ou procurar apoio em nível nacional.”

Nesse contexto, o associativismo municipal é uma prática que tem por finalidade promover o fortalecimento dos municípios como nível de governo e facilitar a prestação de certos serviços públicos, que seriam inviáveis obterem isoladamente, especialmente no caso de municípios menores (MELLO, 1997). De fato, dos 23 municípios integrantes da AMAPI, para os quais se elabora o PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL (PEDET), 19, ou seja, 82,61% dos municípios têm população até 15 mil habitantes, os outros 4 municípios variam de 15 a 60 mil residentes. Já dos 10 municípios que integram a AMMAN, 8 possuem a população até 15 mil habitantes, e os outros 2 possuem entre 17 a 73 mil residentes.

Além de facilitar as prestações de serviços intermunicipais, a organização de municípios de uma microrregião em torno de entidade única, pode-se expressar em uma ótima forma de pres-

são para o encaminhamento de reivindicações de ordem técnica, financeira ou político-institucional. Concomitantemente, é fator de coesão que incentiva a consciência do papel desempenhado pelas gestões municipais enquanto agentes de desenvolvimento do país (IBAM, 2013).

Sob esta lógica, pode-se destacar que, englobando as duas associações, são 33 municípios que fazem parte do Território em Estudo, um número apreciável de municípios que favorece o exercício de reivindicações para a microrregião. No entanto, ressalta-se que, o poder de influência nas esferas estaduais e federais é pouco exercido devido à baixa capacidade de mobilização entre os gestores públicos.

Este fato é perceptível quando se analisa a participação de representantes dos municípios nas oficinas executadas com o intuito de levantar informações, sugestões e ideias visando à participação política e social na construção do PEDET. As duas associações de municípios, AMAPI e AMMAN, ficaram responsáveis por divulgar as oficinas e convidar os representantes de cada município pertencente ao Território Estudado. Apesar dos esforços realizados, participaram das oficinas um total de 16 municípios, representando uma taxa de 48,5% do total, isto é, menos da metade dos municípios.

De acordo com os representantes da AMAPI e da AMMAN, dos 26 municípios associados a AMAPI, 16 são membros ativos, que participam das atividades e se comprometem com a busca para o desenvolvimento da região. Já dos 24 associados da AMMAN, somente 10 são membros ativos, sendo que, nem todos os membros das duas associações estão participando do presente estudo.

A dificuldade de mobilização entre os próprios gestores municipais demonstra os desafios de se estabelecer a cultura de cooperação nesta região, uma vez que, se há obstáculos para se organizarem entre entes da mesma esfera de governo, como conseguirão incentivar mecanismos de cooperação, tais como a implantação de arranjos produtivos locais, essenciais para o desenvolvimento desta região? Este é um obstáculo que precisa ser superado. Para isso, é preciso que estas associações se fortaleçam para que possam conduzir de forma adequada as atividades de desenvolvimento da microrregião.

Afinal, além de cooperarem entre si, é necessário que se articulem com outras organizações que atuam na microrregião, e também com os outros níveis de governo, o estadual e o federal. Os problemas que as associações encaram no plane-

jamento de ações para o desenvolvimento estão relacionados, em grande parte, a uma articulação deficiente entre os vários atores envolvidos (Butzke, 2007).

Por isso, é importante que as associações busquem obter uma maior coesão interna, e, para isto, precisam compreender os aspectos que atrapalham esta articulação. A heterogeneidade presente entre os gestores dessas duas associações pode ser um dos fatores que dificultam a maior interação entre os associados. Esta heterogeneidade está relacionada a vários aspectos, tais como, idade, grau de escolaridade, ocupação profissional e filiação partidária. Outro fator é o tamanho das associações, isto é, o número de total de associados. Grupos menores são mais facilmente articulados entre si, e portanto, exercem um maior controle social sobre os membros que deixarem de participar das ações empenhadas pelas associações.

Estando as associações fortalecidas, elas poderão desempenhar papel de extrema importância, uma vez que, ao encaminhar demandas e participar da elaboração e implementação de planos estaduais e regionais, as associações colaboram para a integração do planejamento e a adequação do mesmo às realidades e aos interesses locais (IBAM, 2013).

É por esta razão, que os governos estaduais e federais buscam investir no associativismo municipal. No caso de Minas Gerais, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU), lançou em novembro de 2013, a segunda etapa do “Programa de Fortalecimento e Revitalização das Associações de Municípios de Minas Gerais”. O investimento para este programa será de R\$ 20 milhões, totalizando cerca de 500 mil reais para cada associação microrregional. Os recursos poderão ser utilizados na aquisição de maquinários, equipamentos, veículos, construção e ou ampliação da sede da entidade (AMM, 2013).

A AMAPI e a AMMAN estão entre as 40 associações de municípios, que receberão o repasse de recursos. Destaca-se esse investimento do governo de Minas Gerais, como uma excelente oportunidade para a AMAPI e a AMMAN, uma vez que o objetivo deste programa é adotar medidas que visem ao fortalecimento e à modernização de associações microrregionais de municípios e apoiar a articulação de suas ações com órgãos e entidades do Estado (AMM, 2013). A expectativa é que a aplicação apropriada destes recursos intensificará as ações destas associações e, conseqüentemente, beneficiará a todos os municípios participantes do PEDET.

4.3.2. *Proposições de cunho institucional para o desenvolvimento rural*

4.3.2.1. *Acesso às políticas públicas*

Buscar a adequação de políticas públicas:

Esta proposição é feita com o intuito de que possam viabilizar a participação de produtores e condizentes com a realidade dos municípios, pois, em alguns deles como Viçosa, editais do governo, como o Programa Minas Sem Fome, por ser voltados para municípios com IDH baixo não contemplam a realidade do município que possui agricultores familiares que precisariam ter acesso a esses programas. Como destacou uma técnica da Emater: "O IDH de Viçosa é uma ilusão".

Ampliar a atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS): Visa tornar o órgão atuante em todos os municípios e elaborar um plano de desenvolvimento municipal para ser executado em um período de 10 anos, estabelecendo prioridades em curto, médio e longo prazo. Essa iniciativa contribuiria para o desenvolvimento sustentável nos municípios e reduziria as discontinuidades de projetos iniciados em gestões municipais.

Elaborar planos de desenvolvimento agrícola: Tal ação deveria ser implementada em todos os municípios.

Aumentar as parcerias: Visa criar vínculos entre a Emater, sindicato e associações para o desenvolvimento de projetos conjuntos.

4.4. *Dimensão Ambiental*

4.4.1. *Proposições de cunho ambiental para o município*

As principais proposições em relação ao meio ambiente são:

Desenvolver nos municípios programas de orientação ambiental: Deve-se dar suporte a constituição de projetos de adequação ambiental e disponibilização de mudas de reflorestamento.

Estabelecer parceria entre os organismos de fiscalização e os municípios: Tal ação visa melhorar o acesso a informações e a construção de programas de adequação em conjunto.

Promover atividades artesanais que utilizem derivados de produtos agrícolas: Deve-se utilizar como matéria prima bens já produzidos nos municípios, dado que são produtos naturais e não danificam o meio ambiente. Produtos deste tipo podem gerar renda e emprego, principalmen-

te se elaborado de forma a ser atrativo ao mercado internacional.

Gerar formas de coleta e reutilização de produtos: Deve-se visar todos os tipos de produtos, como plásticos, papel e papelão, vidros, latas, etc.

Desenvolver trabalho de educação ambiental: Deve-se visar a toda a comunidade, principalmente as crianças, com oferecimento de cursos para o produtor rural e distribuição de cartilhas sobre o Novo Código Florestal e sobre o Sicar - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural para que o produtor torne-se mais bem esclarecido e possa se adequar à legislação ambiental.

Disponibilizar nos municípios técnicos: Estes devem realizar o cadastro ambiental rural das propriedades.

4.5. *Dimensão Política*

4.5.1. *Proposições de cunho político para o desenvolvimento municipal*

4.5.1.1. *Vontade e iniciativa política do executivo municipal*

Nesse quesito os prefeitos têm que se posicionar e assumir o desenvolvimento local e regional como meta e incorporá-lo no plano de governo para o delineamento de ações efetivas. Nossa proposta é a geração de um fórum permanente de desenvolvimento regional, liderado pelos representantes da AMMAN e AMAPI.

Dentre as atividades estaria a realização de dois seminários regionais por ano, reunindo os prefeitos e secretários executivos com lideranças do legislativo estadual e federal e representantes do setor produtivo regional, em especial das grandes empresas identificadas.

A proposta é congrega todos os interessados no desenvolvimento dessa região em torno de uma agenda de reivindicação comum. A partir dessa agenda, projetos legislativos, proposta de leis, incentivos reais e emendas orçamentárias poderiam ser direcionados para tornar real as demandas manifestadas.

4.5.1.2. *Articulação da rede política*

Destaca-se que nos produtos anteriores foi identificada a necessidade de articulação entre os prefeitos e secretários executivos municipais com os representantes do povo nas assembleias legislativas, estadual e federal. Em várias ações foram identificadas atividades ou articulações que poderiam ser realizadas em comum, o que exige o maior entrosamento gerencial entre os prefeitos.

Motivados por essas questões, apresentamos, na sequência, um resumo sobre a rede de articulação política potencial, baseada nos deputados federais e estaduais eleitos com maior expressividade de votos na região. Primeiramente, são apresentados os 20 deputados estaduais (Tabela 3). Na sequência, são apresentados os 10 deputados federais com maior número de votos na região (Tabela 4).

Os municípios, por meios de seus diversos representantes – os gestores locais, as associações AMAPI e AMMAN, todas as demais associações e a comunidade local organizada – devem se articular com os políticos locais mencionados nas tabelas acima, a fim de levar suas reivindicações para a promoção do desenvolvimento da região.

4.6. Ações dos Municípios para o Desenvolvimento Econômico

Considerando o conjunto de ações e informações expostas ao longo do Produto IV, focadas no global dos 33 municípios participantes do PEDET, visualizou-se a necessidade de saber quais ações que cada um dos gestores municipais pode executar isoladamente ou em união com outros municípios. Nesse sentido, expõem-se tais ações com base no Manual dos Prefeitos (IBAM, 2013).

As informações a seguir apresentam mais detalhadamente as ações propostas pelo IBAM (2013). O intuito de expor estas informações é possibilitar, além de uma complementação, o confrontamento das informações e ações propostas até o momento.

De acordo com o IBAM (2013), o engajamento da gestão municipal é condição necessária para o sucesso das iniciativas de elaboração e implementação de planos estratégicos que visam fomentar o desenvolvimento econômico local. Para isto, as ações municipais não devem ser efetuadas isoladamente, mas por meio de um programa que considere medidas para suplantar os múltiplos gargalos existentes no circuito econômico local, trabalhando segmentos produtivos diferentes, elos distintos das cadeias produtivas e estabelecimentos de porte e caráter diferenciados. Dentre as ações mais frequentemente aplicadas nas es-

Tabela 3. Vinte deputados estaduais com maior expressividade de votos na região:

Ranking	Candidato Eleito	Número de Votos
1º	THIAGO FELLIPE MOTTA COTA	29.609
2º	ROBERTO DIAS DE ANDRADE	27.815
3º	MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR	26.087
4º	PAULO ROBERTO LAMAC JUNIOR	9.790
5º	FREDERICO BORGES DA COSTA	8.778
6º	TITO BRUNO MIRANDA TORRES DUARTE	6.696
7º	IONE MARIA PINHEIRO	5.162
8º	DURVAL ÂNGELO ANDRADE	4.589
9º	TIAGO ULISSES DE CASTRO E OLIVEIRA	4.199
10º	IVAIR NOGUEIRA DO PINHO	4.058
11º	EDY ARAÚJO JÚNIOR	4.035
12º	WILSON ROBERTO BATISTA	4.006
13º	MARIA JOSÉ DE SOUZA	3.647
14º	WANDER JOSE GODDARD BORGES	3.158
15º	CELISE BARREIROS LAVIOLA CABRAL DE LIRA	2.739
16º	MÁRCIO JOSÉ MACHADO OLIVEIRA	2.662
17º	LEONARDO FERNANDES MOREIRA	2.512
18º	NIVALDO RITA	2.485
19º	WALTER RODRIGUES FILHO	2.429
20º	CARLOS HENRIQUE ALVES DA SILVA	2.149

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Tabela 4. Dez deputados federais com maior expressividade de votos na região:

Ranking	Candidato Eleito	Número de Votos
1º	RODRIGO BATISTA DE CASTRO	47.781
2º	MISAEAL ARTUR FERREIRA VARELLA	29.666
3º	REGINALDO LÁZARO DE OLIVEIRA LOPES	22.111
4º	JOÃO CARLOS SIQUEIRA	14.421
5º	LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA RESENDE	8.217
6º	JAIME MARTINS FILHO	7.721
7º	GUSTAVO HENRIQUE PERRELLA AMARAL COSTA	4.416
8º	ANTÔNIO PINHEIRO JÚNIOR	4.395
9º	RODRIGO OTAVIO SOARES PACHECO	3.875
10º	GLEISER LUCIO BORONI SOARES	3.724
11º	MARCUS VINICIUS CAETANO PESTANA DA SILVA	3.130
12º	JOSÉ SARAIVA FELIPE	2.440
13º	BONIFÁCIO JOSÉ TAMM DE ANDRADA	2.133
14º	GEORGE HILTON DOS SANTOS CECILIO	2.100
15º	FRANKLIN ROBERTO DE LIMA SOUZA	1.856
16º	GABRIEL GUIMARÃES DE ANDRADE	1.648
17º	PAULO ABI-ACKEL	1.635
18º	WADSON NATHANIEL RIBEIRO	1.535
19º	NILMÁRIO DE MIRANDA	1.454
20º	EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA	1.404

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

estratégias de desenvolvimento local, destacam-se aquelas nas quais o envolvimento do município tem-se mostrado especialmente importante:

- i. Estabelecer tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas na legislação municipal;
- ii. Investir na implantação e recuperação de infraestrutura;
- iii. Apoiar a comercialização de produtos e serviços;
- iv. Facilitar o acesso aos serviços financeiros;
- v. Ampliar o acesso à tecnologia;
- vi. Propiciar o acesso à capacitação de recursos humanos visando o empreendedorismo;
- vii. Realizar compras locais;
- viii. Apoiar a cooperação e o associativismo entre os pequenos produtores;
- ix. Realizar ações integradas em arranjos produtivos locais;
- x. Constituir agência de desenvolvimento.

Cada uma dessas ações está descrita mais detalhadamente no Manual dos Prefeitos do IBAM (2013). No entanto, o próprio instituto salienta que as ações propostas devem passar por cautelosa adaptação à realidade local para surtir os resultados esperados, uma vez que a criação de soluções apropriadas ao contexto de cada município ou região é um dos fatores imprescindíveis para o êxito de política de desenvolvimento local.

Além disso, destacam que é necessário o trabalho conjunto entre os atores públicos e privados de um mesmo município, devendo haver cooperação regional entre os municípios de identidades semelhantes. Dever existir, ainda, ação conjunta entre a população local, os atores produtivos e todas as esferas governamentais, o que possibilitará a consolidação de um modelo de desenvolvimento “de baixo para cima”, amparado por pactos amplos que transcendam a economia, congregando variáveis culturais, ambientais, políticas e sociais, numa perspectiva de sustentabilidade em suas distintas dimensões.

5. Considerações Finais

As proposições gerais, de acordo com agentes responsáveis, para alavancar renda e emprego da região são:

5.1. Gestores Públicos Municipais

Fortalecer as associações AMAPI e AMMAN, para que se transformem efetivamente em agências fomentadoras do desenvolvimento da região. Para isso, deve-se:

Desvincular as ações dessas associações de mandatos das Prefeituras. Desenvolvimento requer cumprimento de metas de longo prazo, que

extrapolam o período de um mandato de governo.

Elaborar um planejamento, que inclua metas, ações e cronograma de execução, para cada município individualmente. Ao mesmo tempo, metas que podem ser executadas em conjunto com outros municípios devem ser discutidas nas associações, a fim de que os projetos tenham mais condições de serem implementados. Reivindicações, por exemplo, para captação de recursos junto a outras esferas de governo, sobretudo o estadual, devem ser feitas pelo conjunto dos municípios, organizados em torno de propostas concretas.

Buscar fontes de financiamento de projetos e elaboração de projetos para captação desses recursos.

Liderar e organizar equipes, em consonância com o planejamento elaborado na AMAPI e AMMAN, para pleitear recursos junto ao governo estadual.

Manter todos os tipos de informações sobre os municípios atualizados, para que os planos de desenvolvimento possam ser constantemente avaliados e alterados, caso necessário.

Melhorar a qualificação dos servidores municipais, promovendo cursos para atualizá-los sobre as melhores práticas na gestão pública municipal, aumentando a eficiência da gestão.

Manutenção de vínculo com alguma instituição acadêmica, para a viabilização dos itens acima. A sugestão é que essa instituição seja o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

5.2. Empresários

Cabe aos empresários da região:

- Aumentar o nível de organização em instituições capazes de elevar o nível de informações sobre os negócios.
- Buscar cursos de gestão dos negócios.
- Buscar se manter informado em relação a inovação em sua área e procurar implementar tais inovações.
- Manter um canal de comunicação constante com os gestores públicos, de modo a levar suas demandas e cobrar resultados.

5.3. Sociedade organizada em vários órgãos representativos

Identificar suas demandas em relação às diversas áreas e elencá-las segundo suas prioridades.

Se organizar em torno de algum órgão para pressionar os vários níveis de governo, sobretudo a prefeitura, seguido pelo estado.

Manter-se vigilante em relação ao atendimento das demandas e ao uso do recurso público.

Em suma, desenvolvimento requer uma atuação conjunta dos vários atores dos municí-

pios. Demanda planejamento de longo prazo, requer empenho de toda a sociedade e perpassa por vários mandatos dos dirigentes. Sem essa consciência, transformar a região torna-se tarefa inócua.

Referências

- AMM - Associação Mineira dos Municípios. Notícias. Disponível em: <http://www.portalamm.org.br/index.php/noticias-geral/1179-governo-de-minas-faz-convenio-com-microrregionais>. Acessado em 18 de outubro de 2014.
- BUTZKE, L. **O papel das associações de municípios na dinâmica de planejamento regional e urbano em Santa Catarina. Estudo de caso sobre a trajetória da associação dos municípios do Alto Vale do Itajaí.** Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2007.
- CARVALHO, A. W. B. de. As formas de gestão extralocal como apoio ao processo de descentralização político-administrativa. **Revista de Ciências Humanas**, v.1, n.2, p.143-152, jul. 2001.
- IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Gestão Municipal Manual dos Prefeitos.** Rio de Janeiro, 2013.
- MELLO, D. L. de. Associativismo como instrumento de desenvolvimento dos governos locais: a experiência brasileira e de outros países. **Revista de Administração Pública – RAP.** Rio de Janeiro, 31. 61-66, Nov/dez 1997.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Territórios da Cidadania – Seminário de Capacitação de Assessores Técnicos para Articulação Estadual e Territorial.** www.portaldacidadania.gov.br, maio 2013.
- NAJBERG, S.; IKEDA, M. **Modelo de Geração de Renda e Emprego: Metodologia e Resultados.** Textos para Discussão, N. 72, BNDES, 1999.
- RABELLOTTI, R. **External economies and cooperation in industrial districts – a comparison of Italy and Mexico.** New York: St. Martin, 1997. 213 p.
- SEBRAE. **Cosméticos à base de produtos naturais.** Estudos de Mercado SEBRAE/ESPM, Série Mercados, 2008.
- SEBRAE/RN. **Estratégias de posicionamento – Indústrias de Confecções.** <http://www.rn.sebrae.com.br/o-que-o-sebrae-oferece/setores/industria/industria-da-moda-e-confeccao-es-no-rn/>.
- SEBRAE. **Manual da Clínica Tecnológica.** Disponível em: http://antigo.sp.sebrae.com.br/topo/produtos/documentos_produtos/manual_clinica_tecno.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2014. 33p.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** 1ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010, 461p.
- SILVA, A. **A Autonomia Municipal em face das Associações de Municípios.** Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Direito do Estado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1977.

Notas:

1. A região é rural e a baixa produtividade da terra é a explicação mais simples para a questão de sua pobreza, tanto absoluta quanto relativa. Logo, não se alcançará o desenvolvimento econômico da região sem priorizar o aumento da eficiência da agropecuária, a não ser que se queira um recomeço. A baixa eficiência da agropecuária é a causa fundamental da pobreza em outras esferas da produção. Na região, somente Viçosa (em função da UFV) tem atividades urbanas autônomas que prevalecem sobre as atividades rurais. Outro município cuja dinâmica econômica difere dos demais é Mariana, devido a presença das mineradoras.
2. **Fonte:** Informações da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFV, 2014.
3. Ver ABIHPEC – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (2014). Em www.abihpec.org.br e portal. anvisa.gov.br.
4. RAMOS, Silvana Pirillo. Políticas e processos produtivos do artesanato brasileiro como atrativo de um turismo cultural. **Revista Rosa dos Ventos** 5(1) 44-59, jan-mar, 2013. <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/download/1741/1187>
5. <http://www.acasa.org.br/nl/73>.
6. Ver <http://www.institutoxopoto.org.br/blog/?p=813>.
7. Ver <http://revistadinheiorural.terra.com.br/noticia/agrotecnologia/residuo-e-fonte-de-energia-sustentavel> e também <http://www.veengle.com/s/briquetes/2.html>.
8. Ver <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,EMI135454-18055,00-RESIDUOS+DE+MADEIRA+VAO+PARA+A+PAREDE+E+AGRADAM+O+C+ONSUMIDOR.html>.

ANEXO 1 - Metas do Plano Mineiro de Desenvolvimento

Indicador	Fonte	Situação Atual	2015	2022	2030
Escolaridade média da população adulta	Inep	6,9 (2009)	8,0	9,0	12,0
Ideb do ensino fundamental – anos iniciais (rede estadual)	Inep	5,8 (2009)	6,2	6,8	8,0
Ideb do ensino fundamental – anos finais (rede estadual)	Inep	4,1 (2009)	5,0	6,3	7,5
Ideb do ensino médio (rede estadual)	Proalfa	3,6 (2009)	4,4	5,3	7,0
Percentual de alunos do 3º ano do EF no nível recomendável de leitura (rede estadual)	Saeb	86,2% (2010)	97,0%	98,0%	99,0%
Percentual de alunos do 5º ano do EF no nível recomendável de proficiência em Língua Portuguesa (rede pública)	Saeb	46,8% (2009)	53,4%	70,0%	88,0%
Percentual de alunos do 5º ano do EF no nível recomendável de proficiência em Matemática (rede pública)	Saeb	48,7% (2009)	56,9%	70,0%	88,9%
Percentual de alunos do 9º ano do EF no nível recomendável de proficiência em Língua Portuguesa (rede pública)	Saeb	31,1% (2009)	41,9%	70,0%	87,0%
Percentual de alunos do 9º ano do EF no nível recomendável de proficiência em Matemática (rede pública)	Saeb	18,6% (2009)	26,1%	70,0%	85,0%
Percentual de alunos do 3º ano do EM no nível recomendável de proficiência em Língua Portuguesa (rede pública)	Saeb	26,0% (2009)	42,9%	70,0%	84,0%
Percentual de alunos do 3º ano do EM no nível recomendável de proficiência em Matemática (rede pública)	Saeb	9,4% (2009)	20,3%	70,0%	80,0%
PISA - percentual de alunos no nível recomendável em Leitura	OCDE/Inep	30,7% (2009)	37,0	44,0%	57,0%
PISA - percentual de alunos no nível recomendável em Matemática	OCDE/Inep	18,8% (2009)	26,0%	35,0%	56,0%
PISA - percentual de alunos no nível recomendável em Ciências	OCDE/Inep	25,9% (2009)	33,0%	41,0%	58,0%
Taxa de frequência líquida do Ensino Médio	PNAD	54,4% (2009)	60,5%	85,0%	93,4%
Renda mediana do trabalho (R\$)	PME/IBGE	806,52 (2010)	1036,50	1472,65	2200,00
Valor adicionado/horas trabalhadas	IBGE	11,4 (2008)	13,2	16,6	18,4

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

